

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O COLÉGIO DE APLICAÇÃO NO CONTEXTO DAS
UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

GUIOMAR OSÓRIO DE SENA

FLORIANÓPOLIS

1987

O COLÉGIO DE APLICAÇÃO NO CONTEXTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

GUIOMAR OSÓRIO DE SENA

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de

- MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO -

(Área de Concentração: Administração Universitária), e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação.



Prof. Dr. Clovis Luiz Machado da Silva
Coordenador do Curso

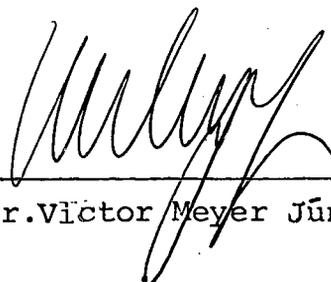
Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos
professores:



Dr. Teodoro Rogério Vahl



Dra. Edel Ern



Dr. Victor Meyer Júnior

Este trabalho é dedicado:

Ao meu esposo, Valmor, pela compreensão e estímulo sem os quais não o teria concluído.

Aos meus filhos, Ester Lúcia, José Ricardo e Sara Lúcia, em especial aos dois últimos, de cuja companhia muitas vezes tive que privar-me para desenvolvê-lo.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a solidariedade e apoio de algumas pessoas. e entidades.

Reconhecidamente agradeço:

Ao Professor Teodoro Rogério Vahl, Orientador.

À Universidade Federal de Santa Catarina.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Administração da UFSC.

Aos Reitores das diversas IES Brasileiras envolvidas na pesquisa.

Aos Diretores de Colégios de Aplicação das diversas IES universo da pesquisa.

Aos Professores Claudete Ruas e Jarbas Benedet, pela orientação do tratamento estatístico.

À Professora e amiga Nina Rosa L. Medeiros, pelo apoio irrestrito.

À Professora Clarmir Régis, pela revisão deste trabalho.

Ao João Inácio Müller, responsável pela datilografia.

Aos amigos, pelo estímulo.

SIGLAS UTILIZADAS

- ANDEF - Associação Nacional de Docentes de 1º e 2º Graus do Ensino Federal.
- CED - Centro de Ciências da Educação.
- CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.
- COLENE - Comissão de Legislação e Normas de Ensino.
- CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.
- IES - Instituição de Ensino Superior.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura.
- SAT - Serviço de Assistência Técnica.
- SC - Estado de Santa Catarina.
- SEPS - Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus.
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

A preocupação central da presente pesquisa é o exame da visão que se tem hoje sobre Colégio de Aplicação.

Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, cujos dados foram coletados através de roteiros de informação, de questionários enviados às diversas IES que dispõem de Colégio de Aplicação e dos seus respectivos regimentos.

Os resultados permitiram caracterizar o real funcionamento dos Colégios de Aplicação, verificando-se até que ponto têm eles inovado ou renovado, já que estas se situam entre as principais razões pelas quais foram criados.

O funcionamento dos Colégios de Aplicação exerce influência sobre a formação de recursos humanos para o magistério através de seus corpos docente e técnico. Foram criados para a experimentação e inovação pedagógicas e conseqüentes práticas de ensino e estágios supervisionados. Toda geração jovem precisa de uma educação que a capacite a engajar-se no "aqui e agora" do seu momento histórico, por isso a importância da formação para o magistério e para a função dos especialistas em assuntos educacionais.

Considerando a relevância de todos estes aspectos na formação do profissional da educação e as implicações no funcionamento de um Colégio de Aplicação, é que a pesquisa procurou investigar até que ponto este tipo de estabelecimento de ensino vem inovando ou renovando.

ABSTRACT

The main objective of the present study is to make an assessment of the view that is generally held regarding "colégio de aplicação" (an experimental elementary and secondary school run by the university).

It consists of an exploratory-descriptive study, whose data were gathered through information questionnaires sent to a number of institutions of higher education, which have at their disposal "colégios de aplicação" and their respective by-law.

The results will make it possible to characterize the real function of the "colégios de aplicação", by verifying to what extent they have actually fulfilled their roles in educational innovation or renovation.

The proper functioning of these institutions significantly influences the training of human resources for both teaching staffs and technical staffs. They were created for experimentation and innovation in the teaching area, which should naturally result in more effective practice teaching and supervised training. Each generation of young people needs an education which prepares them to commit themselves to the "here and now" of the historic moment, hence the forming of specialists in educational affairs is a matter of utmost importance.

Considering the relevance of these factors in forming professional educators and the implications in the functioning of a "colégio de aplicação", this study has attempted to determine how far these institutions have gone in innovation and renovation.

SUMÁRIO

	página
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ix
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	4
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
4. FILOSOFIA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO	19
5. O COLÉGIO DE APLICAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS COM A UNIVERSIDADE	23
6. VINCULAÇÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO COM O CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	30
7. O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	35
8. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	42
9. O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC NO CONTEXTO NACIONAL.	64
10. CONCLUSÃO	68
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
12. ANEXOS	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	página
ILUSTRAÇÃO I - Data de funcionamento dos Colégios de Aplicação nas IES Brasileiras por dependência administrativa	107
ILUSTRAÇÃO II - Cursos oferecidos pelos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	108
ILUSTRAÇÃO III - Caracterização do Ensino de 2º grau dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	109
ILUSTRAÇÃO IV - Número de alunos matriculados nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por grau de ensino e dependência administrativa	110
ILUSTRAÇÃO V - Cursos oferecidos pelos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	111
ILUSTRAÇÃO VI - Número de alunos por turma, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	112
ILUSTRAÇÃO VII - Número de alunos por turma e grau de ensino nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	113
ILUSTRAÇÃO VIII - Implantação das séries do ensino de 1º grau, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	114

ILUSTRAÇÃO IX - Recrutamento e Seleção dos Professores dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	115
ILUSTRAÇÃO X - Número de professores, regime de trabalho e dependência administrativa, dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras	116
ILUSTRAÇÃO XI - Objetivos do ensino nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	117
ILUSTRAÇÃO XII - Sistema de avaliação adotado nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	118
ILUSTRAÇÃO XIII - O processo de recuperação de estudos nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	119
ILUSTRAÇÃO XIV - Vinculação dos professores dos Colégios de Aplicação com os professores de prática de ensino das IES Brasileiras, por dependência administrativa..	120
ILUSTRAÇÃO XV - Subordinação dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa..	121
ILUSTRAÇÃO XVI - Estágios supervisionados em funcionamento nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	122
ILUSTRAÇÃO XVII - Critério para a escolha do Diretor dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	123
ILUSTRAÇÃO XVIII - Constituição da Direção dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	124

ILUSTRAÇÃO XIX - Motivos do assessoramento à Direção pelos Serviços de Supervisão Escolar e Orientação Educacional, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	125
ILUSTRAÇÃO XX - Outros serviços que, além da Supervisão Escolar e Orientação Educacional, assessoram a Direção dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	126
ILUSTRAÇÃO XXI - Aprovação do Regimento dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	127
ILUSTRAÇÃO XXII - Situação do Regimento dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	128
ILUSTRAÇÃO XXIII - Documentos legais utilizados, quando da ausência do regimento aprovado, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	129
ILUSTRAÇÃO XXIV - Realização de experiências pedagógicas nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, no período 1980-84, por dependência administrativa	130
ILUSTRAÇÃO XXV - Razões da não realização de experiências pedagógicas nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	131
ILUSTRAÇÃO XXVI - Experiências pedagógicas planejadas como pesquisa aplicada nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	132

ILUSTRAÇÃO XXVII - Experiências pedagógicas realizadas nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa	133
--	-----

1. INTRODUÇÃO

O tema em estudo tem por objetivo analisar o Colégio de Aplicação no contexto das universidades brasileiras, e, mais especificamente, realizar uma análise do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, verificando até que ponto tem o mesmo inovado ou renovado, desde a sua criação.

Na análise do Estatuto e Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina constata-se que foi prevista, como filosofia do Colégio de Aplicação, a experimentação e a inovação pedagógicas e a realização de estágios para os cursos da área educacional, sendo, pois, estas as razões que devem nortear todo o seu desempenho como órgão integrante do Centro de Ciências da Educação. Como tal, deve estar aberto às expectativas da comunidade, proporcionando ao Sistema de Ensino informações e orientações seguras, fundamentadas na pesquisa e na experimentação.

Desta maneira, o Colégio de Aplicação seria o verdadeiro laboratório onde se examinaria a validade da teoria a ser aplicada e as medidas corretivas para a melhoria do sistema de

ensino em vigor na comunidade, o lugar onde professores e licenciandos se exercitariam consciente e realisticamente no pensar e no fazer a Educação.

Exatamente aí reside o fundamento determinante das funções dos Colégios de Aplicação como uma parte da Universidade, e suas funções se intercomplementam e se atualizam na medida em que servem de campo de experimentação. O seu significado, quanto ao processo de investigação, reside na correspondência com a própria essência da Universidade.

Com esta pesquisa pretende-se, portanto, realizar um estudo da problemática do Colégio de Aplicação, procurando identificar disfunções e dificuldades com que se depara na implantação de uma estrutura calcada no fazer funcionar uma escola experimental.

A partir da análise de documentos e dos objetivos da legislação que criou o Colégio de Aplicação, pode-se constatar o quanto é relevante seu papel na estrutura da Universidade.

Além desta análise, outros dados importantes para o trabalho foram coletados através do instrumento da pesquisa. O questionário foi enviado a todas as IEs brasileiras com Colégio de Aplicação em funcionamento, sendo solicitadas informações quanto a seus objetivos, sua estrutura e seu funcionamento.

Considera-se função inerente ao Colégio de Aplicação a "aplicação de conhecimentos", e a esta são acrescentadas outras específicas de um laboratório de ensino. A pesquisa e divulgação dos resultados de atividades desenvolvidas, a prática de ensino e o estágio supervisionado, a experimentação e demonstração de princípios e teorias educacionais se consti-

tituem num mecanismo de estruturação e funcionamento do Ensino e da Escola.

Torna-se, então, imprescindível que se proporcionem as condições necessárias para que um Colégio de Aplicação funcione com as características que o fazem diferente de um colégio comum.

2. METODOLOGIA

O trabalho aqui elaborado é uma pesquisa de campo com características descritivas, segundo RUDIO (1980:55), "um estudo para conhecimento da natureza, composição e processos que realizam o fenômeno em tela, sem contudo, nela interferir".

No decorrer do capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste estudo. Incluem-se aspectos referentes à composição da população, ao instrumento, ao processo de coleta e apuração dos dados, e ao tratamento estatístico.

De acordo com os dados colhidos no Catálogo das Universidades Brasileiras, 1984, existem no Brasil cinquenta e nove (59) IES federais, oitenta e cinco (85) estaduais, cento e vinte e duas (122) pertencentes à rede municipal de ensino e seiscentas e vinte e duas (622) vinculadas à rede particular de ensino.

Em dados globais, constata-se a existência de oitocentas e oitenta e nove (888) IES em funcionamento, no Brasil. Destas, 6,6% estão vinculadas à rede federal, 9,5% são estaduais, 13,7% pertencem à rede municipal de ensino e 70% à rede parti-

cular.

O universo da pesquisa é constituído de onze (11) Colégios de Aplicação pertencentes a universidades federais, cinco (5) Colégios de Aplicação Estaduais, dos quais três (3) vinculados a universidades estaduais e dois (2) a instituições isoladas estaduais, um (1) vinculado a instituição isolada municipal, um (1) pertencente à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, da rede particular de ensino e vinte e um (21) Colégios vinculados a instituições isoladas particulares.

A identificação destas IES foi feita com base no Catálogo das Universidades Brasileiras, 1978 a 1984, e na relação das Entidades Brasileiras cujos dirigentes são membros do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras).

Na realização da pesquisa foram previstos dois momentos distintos: um primeiro, para a identificação das IES com Colégio de Aplicação em funcionamento, e um segundo, visando a atingir especificamente estas IES.

Neste sentido, foram elaborados dois instrumentos, que, após submetidos a teste, foram encaminhados para a coleta de dados.

O primeiro instrumento foi um "Roteiro de Informações" remetido a quatrocentas e cinquenta e quatro (454) IES com seus cursos de licenciatura e educação. Neste momento as IES que não dispunham de Colégio de Aplicação em funcionamento deveriam explicitar as razões.

A devolução do instrumento teve por obstáculo o primeiro movimento de paralisação das IES Brasileiras deflagrado em 1983. Este fato fez com que o instrumento tivesse que ser re-

metido pela segunda vez, ou seja, em março de 1984. Sua devolução foi bastante morosa. Após algum tempo, conseguiu-se duzentas e sessenta e uma (261) respostas e, destas, cinquenta e três (53) afirmaram manter Colégio de Aplicação.

Esta etapa da pesquisa também enfrentou o obstáculo da paralisação de 1984.

Numa terceira etapa, em março de 1985, agora já de posse dos dados que informavam quantas e quais IES mantinham Colégio de Aplicação, procedeu-se à remessa do segundo instrumento.

Como a devolução do questionário não aconteceu de maneira satisfatória, reiteradas vezes foi solicitada a colaboração das respectivas IES, justificando-se a importância da remessa do instrumento devidamente preenchido.

No entanto, a devolução deste instrumento não acontecia satisfatoriamente, e em julho de 1985, foi feita nova solicitação, quando, então, voltaram mais alguns.

Em outubro de 1985, quando da realização do Iº Encontro Nacional de Professores de Colégios de Aplicação, em Florianópolis, o contato foi feito pessoalmente com algumas IES. Como resultado do apelo feito durante aquele evento, retornaram mais alguns instrumentos convenientemente preenchidos.

Porém o número de respostas ainda não satisfazia, por ser pouco representativo.

Foi então que, em abril de 1986, seguiu para aquelas IES uma nova correspondência, agora assinada pelo Pró-Reitor de Ensino, reiterando a importância da colaboração de cada IES. Para esta etapa foi dado um prazo final de vinte (20) dias.

Não sendo ainda atingido o objetivo, foram também envia-

dos telex assinados pelo Pró-Reitor de Ensino.

Desta vez, como último prazo para a devolução, ficou estabelecido o final do mês de maio de 1986.

Nesta época já se estava com atraso considerável no cronograma de execução do trabalho, já que a coleta de dados deveria ter acontecido de setembro a dezembro de 1984.

Na análise dos dados, foram utilizados alguns recursos estatísticos, tais como: média aritmética; desvio padrão e coeficiente de variação.

Todas as informações colhidas durante a execução da pesquisa propiciaram o estudo aprofundado sobre Colégio de Aplicação a que este trabalho se propôs, em termos de objetivos gerais.

Com base nos dados, procedeu-se a uma análise descritiva de como vem se desempenhando o Colégio de Aplicação, órgão integrante da estrutura universitária brasileira.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ciência no século XX é concebida como um conjunto de proposições hipotéticas e conjunturais, entendido o conflito da sociedade como um fato a ela inerente (FACCINA, 1984:50-98).

A razão humana não é fonte de onde brota a verdade, mas instrumento de busca de conhecimento. Assim também a Escola, como um dos componentes básicos da sociedade. E como não se pode conceber uma sociedade perfeita, a Escola, dentro desta conceituação, sempre tenderá à busca de novos conhecimentos e soluções.

Os educadores, na maioria das vezes, procuram tirar do conflito a esperança da superação racional que leva ao aprimoramento do Ensino, e nisto se sustenta o trabalho do profissional da Educação.

O homem não dispõe de um critério racional para identificar o verdadeiro, e aí reside o sentido da educação sistemática e o papel do educador. Torna-se difícil ao cientista educacional dispor de critérios racionais para separar o verdadeiro

do não verdadeiro, sobretudo sabendo-se que a razão é o meio que identifica o erro. A incerteza gera o conflito que, por outro lado, produz a evolução e o desenvolvimento do Ensino.

O dogmatismo que precedeu a razão crítica do conhecimento era capaz de explicar a escola com todas as suas mazelas, mas não era capaz de transformá-la. O conflito entre cientistas que tratam da educação no campo da "práxis" e os modelos propostos, irá existir sempre. A escola perfeita é uma proposta utópica, pois as verdades são provisórias e plurais.

Refletir sobre o funcionamento das escolas de 1º, 2º e 3º graus compete aos cursos de formação para o magistério, no sentido de identificar processos que propiciem um espaço onde haja espontaneidade no comportamento do professor e aluno, o que possibilitará a descoberta de novos valores não expressos na matéria escolar.

A prática de ensino e o estágio supervisionado visam ao contato com a realidade, onde o aluno vivencie de maneira orientada as atividades profissionais.

Há um consenso quanto à responsabilidade das Faculdades de Educação e o entrosamento qualitativo das Universidades com outros níveis de ensino, especialmente no que se refere à formação de professores para o Ensino de 1º e 2º Graus.

O Colégio de Aplicação é, pois, mais uma proposta, um modelo, jamais uma verdade definitiva com soluções prontas para a Educação. Mesmo porque, na prática, a sua realidade complexa e heterogênea, face à sua tipicidade, exige a busca de valores explicativos para o seu entendimento.

Partindo-se do pressuposto de que o homem é um agente bastante atuante e transformador, é justa a existência de desi-

igualdades entre os diversos Colégios de Aplicação existentes.

Estes Colégios inicialmente chamaram-se Ginásios de Aplicação e surgiram da tentativa de minorar a desintegração entre os diferentes graus de escolaridade, procurando tornar o Ensino menos teórico e mais comprometido com a realidade prática. Este tipo de Colégio é uma decorrência do Colégio Universitário, que visava dar continuidade ao Ginásio, buscando a melhor preparação dos jovens para os exames vestibulares. Esta desintegração já se evidenciava nos fins do século passado, quando o ensino secundário se caracterizava pelas aulas frias, sobrecarregado de disciplinas, com programas extensos, sem a competente objetivação. Os professores, em geral, eram autodidatas ou oriundos de outras atividades procurando no magistério apenas um reforço para uma melhor situação financeira (CAMPOS, 1957:234).

O Colégio Universitário, entretanto, surgiu como possibilidade de uma melhor preparação em termos de conteúdos importantes para os Cursos de Medicina.

Em 1926, percebia-se que o ensino secundário não proporcionava os conhecimentos mínimos necessários ao aluno, dificultando, assim, a sua aprovação nos exames vestibulares. Isto consta do pronunciamento de Ernesto Campos, no Rotary Club de São Paulo, publicado na época no Jornal A Gazeta, de São Paulo. Em consequência, surgiram os "cursinhos", visando unicamente a oportunizar a preparação de alunos para o vestibular.

Entretanto, como esta situação não tinha respaldo legal, evidenciou-se a necessidade de uma solução de continuidade, já que os egressos dos cursos secundários passavam um a dois anos frequentando os tais "cursinhos" para conquistarem as condi-

ções que deveriam apresentar como consequência do diploma do ensino secundário.

A idéia era a criação, no sistema escolar brasileiro, de um elemento que pudesse preencher a lacuna ocupada pelos "cursinhos". Isto não pretendia referir-se à reforma do Ensino, já que naquela época não se acreditava que uma reforma pudesse resolver os sérios problemas do ensino secundário que, em sua essência, eram decorrentes da falta de recursos financeiros.

A solução apontada por CAMPOS (1957:234) para que não se permanecesse passivo, assistindo ao insucesso do ensino secundário, seria a implantação de escolas modelares e estimuladoras do aperfeiçoamento.

Como nem todos os alunos que completavam o Ensino Secundário se dirigiam ao Ensino Superior, recomendava-se, então, a criação do Ensino Intermediário com menor número de estudantes e, portanto, com maiores possibilidades para o ensino mais aperfeiçoado na prática. Esta idéia foi parcialmente aproveitada.

Naquela época, o Diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, Professor Sérgio Meira, resolveu criar um curso pré-médico na Faculdade de Medicina, cujos resultados foram surpreendentemente positivos. Dez anos mais tarde, o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo pediu, em conjunto com a Faculdade de Minas Gerais, que fosse reconstituído o Colégio Universitário, fruto da evolução dos "cursinhos".

A experiência positiva provocou a criação de outros Colégios Universitários, um em cada uma das Instituições de Ensino Superior de São Paulo.

Ernesto de Souza Campos, num artigo que leva o título "O Colégio de Aplicação", publicado em 1957 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, informa que viajou para o Rio de Janeiro, debatendo amplamente este problema com Carneiro Felipe, que atuava no Ministério da Educação.

Depois de algumas tentativas, foi criado, no Rio de Janeiro, o Colégio Universitário. Este Colégio não obteve o sucesso esperado, face à adoção de um rodízio de mestres sem qualquer especialização nas matérias que deveriam lecionar por um ano.

Entretanto, em São Paulo, o seu funcionamento satisfaz cada vez mais e, com o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Colégio com ela se entrosou, tornando-se uma instituição de alto nível. A qualidade do ensino era bastante reconhecida, pois se refletia no nível dos alunos que ingressavam na Faculdade.

O Colégio Universitário, além de ter elevado o nível dos alunos para ingresso nos cursos superiores, despertou uma salutar competição nos Ginásios, no sentido de oportunizar uma melhor preparação que os Colégios para os exames vestibulares.

Apesar de todos esses benefícios, o Colégio Universitário foi extinto, permitindo o renascer dos "cursinhos" de preparação dos alunos aos exames vestibulares.

O funcionamento de tais "cursinhos" voltou a deixar evidente a necessidade da existência de um outro curso além do médio, como alternativa de continuidade do sistema escolar brasileiro.

Em 1937, a Lei nº 452 reestruturou a Universidade do Brasil. Depois de enumerar as Escolas e os Institutos, cuidou das

Instituições Complementares e, através do parágrafo único do artigo 7º, incorporou àquela Universidade o Colégio Universitário, que dela veio a desmembrar-se para integrar o Colégio Pedro II, pelo Decreto-Lei nº 4.131, de 1942.

Com o advento do Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946, foi instituído o Ginásio de Aplicação. Com este dispositivo legal, ficou estabelecido que todas as Faculdades Federais de Filosofia, reconhecidas ou autorizadas a funcionar no território nacional, deveriam manter um Ginásio de Aplicação destinado à prática docente dos alunos matriculados no Curso de Didática.

Para tanto, foram ouvidos o Professor Inácio Manuel Azevedo do Amaral, Reitor da Universidade do Brasil e o Padre Leonel Franca, Professor e Diretor do Colégio Santo Inácio, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Educação.

Com estes dois Reitores, homens de grande envergadura cultural e de larga experiência nos dois níveis de ensino, debatia-se a exigência legal supra-citada. Um dos pontos mais enfatizados era a possibilidade deste tipo de estabelecimento de ensino atingir, desde logo, os dois ciclos, ginásial e colegial, ou inicialmente limitar-se a um deles (CAMPOS, 1957:32).

Como a idéia era nova e o tempo disponível era curto para que as Faculdades de Filosofia criassem o Colégio de Aplicação, decidiram os estudiosos do problema que primeiro se criaria o Ginásio. A ampliação, então, dependeria do sucesso da experiência realizada.

A importância da criação do Ginásio de Aplicação estava diretamente relacionada à eficiência da formação profissional.

Defendia-se a idéia de que a didática devesse ser trabalhada ao vivo, sob a forma de prática de ensino. Esta, então, deveria acontecer sob a responsabilidade de uma instituição ligada à Faculdade de Filosofia, de onde receberia influência de sua cultura, do seu material e de todo o seu equipamento, considerando-se, para isto, relevante a flexibilidade experimental.

Muito embora a criação do Ginásio de Aplicação já fosse um imperativo de ordem legal, era preciso proporcionar-lhe organização, de acordo com as exigências pedagógicas, para que realmente pudesse funcionar como "escola-modelo". Entretanto, as aulas de didática na Faculdade de Filosofia não vinham sendo ministradas de acordo com o dispositivo legal em vigor.

Sobre o assunto, Ernesto de Souza CAMPOS (1957:239) escreveu um artigo que foi publicado na Gazeta de São Paulo, a 25 de julho de 1950, no qual se declarava representante do Congresso dos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, esclarecendo sobre a necessidade do cumprimento da lei.

Segundo CAMPOS (1957:233), o Congresso dos Antigos Alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, apresentou um projeto onde afirmava: - "Este projeto funda-se, antes de tudo, na necessidade de cumprimento da exigência legal, contida no Decreto-Lei federal nº 9.053, de 12 de março de 1946, o que foi aplaudido pelos antigos alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo". O projeto assim se expressa: "O ensino secundário, pelo menos em nosso meio, não foi, até agora, objeto de estudos cuidadosos. Sucedem-se as reformas sem que os legisladores e educadores examinem a questão à luz da experiência realizada. As soluções propostas são invariavelmente meras imitações subjetivas ditadas pela experiência pessoal. O Colégio virá atender, nesse sentido, a uma necessidade inadiável, qual se-

ja, a de criar, entre nós, um campo de observação pedagógica e o primeiro esboço de uma escola experimental de nível secundário. Ainda é muito cedo para fazerem-se prognósticos a respeito da experiência a ser ministrada: se não faltar, entretanto, apoio aos organizadores, o Colégio poderá ser o núcleo, o ponto de partida, da renovação pedagógica do ensino bandeirante". Definiu-se, depois de longos debates, que seria organizado o Colégio para a prática docente dos alunos da Faculdade de Filosofia. Assim, depreende-se que, com a criação do Colégio, pretendia-se redefinir funções e papéis que possibilitassem um melhor desempenho educacional para o aprimoramento do Ensino na comunidade.

O fato de ser um Colégio de Aplicação exige que a instituição se abra aos anseios, demandas, necessidades e reclamos da comunidade, agindo e interagindo com os elementos do sistema de ensino.

Além de constituir-se em campo de observação, de prática de ensino e de estágio para alunos universitários, deve caracterizar-se como escola de demonstração.

O Colégio de Aplicação, dentro da Universidade, constituiu-se, então, na escola-laboratório, preferencial centro ativo de investigações e irradiador de conhecimentos inovadores para solução dos problemas emergentes.

Segundo CHAGAS (1961:73), o atual Colégio de Aplicação passa a "Colégio de Experimentação e Demonstração, convertendo-se de mera vitrina pedagógica num centro ativo de pesquisas educacionais. Ali farão os alunos as primeiras observações que, mais tarde, sob a supervisão dos respectivos orientadores e o controle do Departamento de Educação da Faculdade, levarão aos

educandários públicos ou privados em que estiverem servindo, como autênticos veículos de uma constante renovação dos padrões escolares do meio".

Sua integração com outras unidades da estrutura universitária é condição que não o exime da responsabilidade de oferecer campo de pesquisa para tantos quantos o procurem.

Neste sentido, em outubro de 1985, realizou-se na Universidade Federal de Santa Catarina o 1º Encontro Nacional de Professores de Colégios de Aplicação.

A programação deste evento versou sobre a problemática do Colégio de Aplicação e sua inserção na Universidade, pretendendo questionar:

- Como a escola viabiliza o desempenhar-se como Colégio de Aplicação?
- Que caminhos foram percorridos para ser uma escola experimental?
- Quais as dificuldades enfrentadas para atingir os objetivos?
- Como se fez e em que contexto se concretiza a relação com a Universidade?

É importante considerar-se que, conforme depoimentos dos professores envolvidos, todos os Colégios de Aplicação lutam contra uma pluralidade de problemas bastante diferenciados de uma para outra instituição.

Muito embora tenham sido criados para funcionar como escolas-laboratório, há aqueles que na estrutura da Universidade são Órgãos Suplementares e, como tal, ligados diretamente à Reitoria, outros são Coordenadorias, outros, Departamentos e

alguns, Colégios de Aplicação.

Entretanto todos pretendem estruturar-se como Departamento para ter lotação própria e uma maior integração na estrutura universitária. Mesmo naqueles que têm estrutura de Coordenadoria e, conseqüentemente, lotação própria como Departamento, ainda não se efetiva um planejamento conjunto que caracterize maior envolvimento da Faculdade ou do Centro de Educação.

Os professores dos diversos Colégios de Aplicação presentes ao encontro demonstraram sua preocupação face à precariedade em que se encontra o Ensino de 1º e 2º Graus no País, e a responsabilidade destes Colégios, por se tratarem de escolas públicas responsáveis pelo estímulo à melhoria da qualidade do ensino.

Contudo todos declararam não estar satisfeitos com o desempenho do Colégio como tal. São inúmeros os obstáculos encontrados e vão desde classes numerosas e equipamentos escassos até à situação funcional dos professores. Estes nem sempre pertencem aos quadros docentes das Universidades. Muitos deles são cedidos pelo Estado mediante convênio, e, face ao grande número de alunos por turma, atendimento a estagiários e à carga horária prevista em muitas escolas, não lhes resta tempo para pesquisa e experimentação.

Outro tema amplamente debatido neste Encontro de professores de Colégios de Aplicação foi a seleção dos alunos no ato da matrícula. Em geral, este estabelecimento de ensino não atende à comunidade, mas somente aos filhos de professores e funcionários das IES, selecionando-os mediante teste de escolaridade. Este fato vem sendo bastante questionado, face à dependência administrativa a que está vinculado o Colégio de Aplicação.

Para que se defina mais claramente a posição e a filosofia deste Colégio e o comprometimento com a qualidade do Ensino de 1º e 2º graus, ficou previsto um próximo encontro a realizar-se em abril de 1986, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Para esse encontro, foram organizadas comissões para estudar a inserção do Colégio de Aplicação na Universidade. Ficou também prevista para a mesma época a apresentação dos relatos destas comissões, posicionando o Colégio na estrutura universitária e a correspondente situação salarial dos recursos humanos neles envolvidos.

Entretanto, face à organização de movimentos que buscam a estruturação de um plano de carreira para professores de 1º e 2º graus do Sistema Federal de Ensino, fizeram-se várias reuniões durante o ano de 1986, sendo criada a ANDEF (Associação Nacional de Docentes de 1º e 2º Graus do Ensino Federal). Estes movimentos interferiram no plano inicial de realização do II Encontro Nacional de Professores de Colégios de Aplicação que até hoje não aconteceu.

4. FILOSOFIA DE AÇÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

O Colégio de Aplicação é uma escola criada com certas características e filosofia que o tornam diferente das demais escolas públicas. A sua filosofia está diretamente relacionada à função social de resgate da escola, como local de transmissão e produção crítica de um saber que dê condições e habilite o educando a uma prática social transformadora.

Manter esta característica filosófica implica na criação ou, até mesmo, no resgate da relação pedagógica entre o Colégio de Aplicação e o Centro de Educação ou Faculdade de Educação. O Colégio de Aplicação precisa assumir efetivamente seu papel na produção teórico-prática do Ensino de 1º e 2º graus, integrando Universidade e Sistema de Ensino.

Esta preocupação com o conceito e o destino do Colégio de Aplicação já constou da pauta de reuniões do Iº Encontro Nacional de Colégios de Aplicação, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1977.

Naquele evento defendeu-se a necessidade da Universidade manter um Colégio de Aplicação como campo de pesquisa e experimentação na área de ensino e aprendizagem, comprovado que nas diferentes áreas do saber cada vez mais se torna presen-

te a exigência do laboratório.

A atualização das funções deste laboratório reforçará a estreita vinculação com o Centro ou Faculdade de Educação para planejar, experimentar e avaliar continuamente o processo formativo do aluno, do professor ou do especialista.

Além da vinculação com o Centro ou Faculdade de Educação, outros vínculos com as demais unidades universitárias e outras instituições são também relevantes.

A real função do Colégio de Aplicação o destaca como pólo de irradiação das experiências no meio educacional, proporcionando crescimento e participação ampla e efetiva em atividades educacionais da comunidade.

Outro fator, diretamente implicado na implementação da filosofia de funcionamento do Colégio de Aplicação é a função administrativa. O administrador desta escola será o agente propiciador do clima organizacional necessário, no sentido de que o Colégio de Aplicação seja um conjunto organizado, onde as diferentes forças atuantes sejam ordenadas e controladas de forma a permitir o alcance das finalidades pretendidas.

A administração da escola-laboratório está intimamente relacionada às demais funções, constituindo-se num meio necessário à realização de seus propósitos.

Um dos objetivos do Colégio de Aplicação, de acordo com a filosofia que norteia todo o seu funcionamento, é a integração da Universidade com o Ensino de 1º e 2º graus. Isto nada mais é do que integrar a Universidade com a Comunidade.

Neste sentido, a Universidade e os Sistemas de Ensino, integrados, realizarão a identificação dos problemas e necessi-

dades de interesse comum, com vistas a um plano de ação conjunta, cuja continuidade, uma vez assegurada, evitará a ruptura do processo educacional.

A prática de ensino e o estágio supervisionado no Colégio de Aplicação têm implicação no desempenho do seu papel fundamental, relacionando teoria e prática e estimulando um maior envolvimento dos professores do Centro ou Faculdade de Educação.

Desta forma, o Centro ou Faculdade de Educação deixará de exercer funções meramente complementares em relação às diversas licenciaturas. E a Universidade, voltada para o exercício do papel integrador, trabalhará intimamente associada ao Sistema Estadual de Ensino, no que se refere às diretrizes e à operacionalização do Ensino.

Nesta integração da Universidade com o Ensino de 1º e 2º Graus, o Colégio de Aplicação será para a comunidade um núcleo de orientação e de renovação da prática educativa.

No IIIº Encontro de Colégios de Aplicação, realizado em Porto Alegre, em 1979, este tipo de escola foi considerado "componente expressivo da Universidade", cuja relevância está na intercomplementação e na atualização de suas funções na medida da ação universitária. O seu significado no processo de investigação reside na correspondência com a própria essência da Universidade.

Esta ênfase tem respaldo em três pressupostos básicos:

- a) A Universidade é a instituição que tem na sua estrutura o Colégio de Aplicação e pode ser caracterizada pela multiplicidade dos saberes, assim como pela possibilidade de conciliação (REZENDE, 1978:15-58);

- b) A função da Universidade é a de favorecer o equilíbrio do centro nervoso da sociedade, dando lugar à pesquisa, à reflexão e à análise de grandes problemas da humanidade;
- c) O processo educacional é o centro da Universidade e, como tal, é uma atividade mediadora no seio da prática social global.

A partir destes pressupostos se depreende que está definido o papel que cabe ao Colégio de Aplicação, como elemento mediador da prática social e pólo de reflexão e crítica dos problemas e conflitos emergentes na sociedade, responsável por mudanças e inovações que visem à melhoria dos padrões educacionais.

As inovações e a conseqüente melhoria do ensino são decorrências das experiências nele realizadas como escola-laboratório e a relação entre os resultados da pesquisa e sua difusão na comunidade.

A busca constante de novas alternativas de ação possibilita a melhoria de suas atividades e contribui para o aprimoramento do Ensino na comunidade.

Ao Colégio de Aplicação é inerente a função de renovação da estrutura e de funcionamento da Escola, tendo em vista as inovações e renovações na estrutura e funcionamento do Ensino, face às necessidades e interesses da Universidade e da Comunidade a que serve a Escola.

5. O COLÉGIO DE APLICAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS COM A UNIVERSIDADE

A questão educacional destaca-se como componente da problemática social brasileira, especialmente no que se refere ao Ensino de 1º e 2º graus.

As impropriedades em termos de inadequação na oferta de vagas, repetência e evasão, programas conflitantes com a realidade são agravantes que explicam a situação educacional em que se encontram os sistemas de Ensino de 1º, 2º e 3º graus.

Além dos fatores mencionados, a baixa produtividade do Ensino deve-se acrescer a ausência de bibliotecas e materiais didáticos, de pesquisa e de demonstração e o status social da carreira docente, tão debatidos nos dias atuais. Outros fatores não estreitamente relacionados, como nutrição e saúde, têm, também, implicações.

Segundo MIAIARET (1978:9), a formação acadêmica do docente envolve "tanto o processo como o resultado dos estudos gerais e específicos realizados por um indivíduo num plano particular. O objetivo é desenvolver simultaneamente a cultura geral

e a competência mais acentuada em certo ou certos domínios do conhecimento científico, de acordo com o nível de estudo efetuado. "

Não obstante deve-se salientar a existência de instalações físicas e equipamentos ociosos, que refletem o inadequado emprego dos escassos recursos existentes.

Conforme as idéias de Antonio Muniz de REZENDE (1980:15), "talvez fosse o caso de nos perguntarmos se não se deveria propor a integração de nossos governantes com a realidade educacional brasileira".

O isolamento e a falta de integração entre Universidades e Secretarias de Educação, de maneira geral, podem ser entendidos como um reflexo dos sérios problemas internos que comprometem a eficiência educativa de um e de outro.

Esta atitude de isolamento da instituição torna-se um óbice à identificação dos reajustes necessários a seu bom funcionamento, pois sistemas que não têm condições para captar informações realimentadoras, ou não oportunizam a transmissão de tais informações aos responsáveis pela tomada de decisões, encontram dificuldades em trabalhar as reais necessidades do meio.

A desarticulação quantitativa é um problema mais sensível e está longe de ser resolvido, já que não temos condições de resolver a oferta de oportunidades em nível superior a todos os que concluem o Ensino de 2º grau.

A desarticulação qualitativa, entretanto, deve ser considerada sob três aspectos: 1) a escola de 2º grau, 2) a escola superior, 3) a passagem de uma para outra. A estes argumentos junta-se o do plano social, onde o aluno poderá buscar o curso

que se identifique com o quadro de valores atuais.

A articulação entre os diversos graus de ensino apresenta-se, em todo o país, como uma das necessidades fundamentais para que se possa falar em Sistema Educacional Brasileiro.

São contínuos os reclamos da Universidade quanto ao nível apresentado pelos seus alunos, egressos do 2º grau. Entre outros, estão os pronunciamentos quanto à natureza dos novos currículos propostos para a formação de professores para o 1º e 2º graus e as denúncias dos docentes em exercício no sistema de Ensino.

Estes fatos indicam a necessidade de novas tentativas no sentido de efetiva integração dos três graus de ensino a partir do estudo das condições que vêm impedindo aquela integração.

Pretender integrar o Ensino Superior com o Ensino de 1º e 2º graus, "sem considerar os elementos que estão na escola, mas que não nascem nela, e, portanto, não são dela, é uma proposição fadada ao fracasso na própria definição das estratégias voltadas para a democratização de oportunidades" CURY (1980:123).

A formação do professor, segundo NELIO PARRA (1980:145) "é problema que vem à tona em quase toda discussão sobre ensino. Inovações, planos, programas e, até mesmo, dispositivos legais esbarram e sucumbem ante um professor sem adequada formação".

Na verdade, os Centros ou Faculdades de Educação destacam-se como agências de grande responsabilidade no tema entrosamento qualitativo da Universidade com os outros níveis de ensino e, em especial, na formação de professores nas licenciaturas para 1º e 2º graus.

Integrar Universidade com o Ensino de 1º e 2º graus significa fortalecer as ações, já que os resultados de um interferem no outro, e ambos estão comprometidos com a melhor qualidade de ensino.

O ensino que acontece na Universidade influencia a Educação de modo geral. Há, de fato ausência de sincronia entre o produto desejado pelo mercado consumidor e o produto real oferecido pelas agências formadoras.

A ausência de relacionamento entre Universidade e sistema de ensino é fato significativo para uma integração eficiente. Tudo caracteriza um estado de isolamento institucional onde um programa de atividades não conta com o envolvimento de outros setores direta ou indiretamente implicados.

Um permanente diálogo para um plano integrado de ação, onde o Ensino Superior e o Ensino de 1º e 2º graus caminhem paralelamente na busca de um só objetivo é algo inadiável. Ambos são componentes de um mesmo universo cultural.

A integração do sistema de Ensino de 1º e 2º graus com a Universidade é um fato relevante e significa a possibilidade de o conhecimento adquirido ser operacionalizado.

Enfatizar a integração desses três níveis de ensino é estimular a renovação da ação pedagógica, visando ao aperfeiçoamento de recursos humanos, com a finalidade não só de obter um desempenho satisfatório na expansão do processo educativo, mas manter e aprimorar a qualidade do ensino ministrado.

Esta ação conjunta se consubstancia na integração com a comunidade, considerando-se suas necessidades, realidades e aspirações, numa efetiva participação.

Aqui se destaca o papel dos Colégios de Aplicação como laboratórios de ensino onde a finalidade não será apenas um padrão a ser seguido, mas, numa visão mais ampla, um teste dos modelos teóricos estudados.

O Colégio de Aplicação estendendo suas pesquisas e respectivos resultados às demais escolas, estimulará o Sistema Estadual de Ensino a proporcionar as condições mínimas necessárias para uma melhor qualidade do ensino sob sua responsabilidade.

Se considerarmos o relevante papel da Universidade como agência formadora de recursos humanos para o magistério, podemos perceber o quanto é relevante a vinculação entre esta instituição e o Sistema de Ensino de 1º e 2º graus. Para que o trabalho por ela realizado não fique em desarticulação com as exigências atuais do sistema, a integração será tanto maior quanto for a dependência entre o Ensino de 1º e 2º graus e o Ensino Superior, visto ser um conseqüência do outro.

Enquanto isto não ocorrer, a Universidade continuará sendo responsabilizada pelas deficiências constatadas no sistema de ensino em geral.

Neste sentido, não se pode deixar de alertar para a necessidade imediata do entrosamento da Universidade com os demais níveis de ensino. Esta integração só acontecerá a partir do momento em que a Universidade, assumindo a responsabilidade que lhe cabe, procurar sua própria integração.

À Universidade cabe veicular o saber novo, original, resultado das pesquisas, que se constituem na sua própria razão

de ser. Socializar esses conhecimentos, divulgando-os na comunidade, é bastante relevante, pois poderão converter-se em força viva de elevação do nível cultural da sociedade.

Neste caso, a prática de ensino e o estágio supervisionado são diretamente implicados, já que o estagiário, pelo tempo reduzido do estágio e a falta de seqüência nas atividades, não chega a ter uma visão mais ampla das possibilidades e alternativas de ensino. Com isto, poder-se-á contrariar a individualidade do aluno-mestre, dificultando, ou até mesmo impedindo, a busca de um estilo próprio de ensino.

Uma das tarefas da Educação é a preparação do homem no estímulo à continuidade do seu desenvolvimento, como processo de aprendizagem de novas formas de vida.

A formação de professores para o Ensino de 1º e 2º graus tem-se caracterizado como um dos problemas maiores do Ensino Superior, vistas a indefinição e a precariedade da estrutura e funcionamento destes dois graus de ensino.

Contudo as escolas de 1º e 2º graus não prevêm em suas atribuições o atendimento a estagiários. Nunca dispõem de tempo, interesse e preparo para se envolverem nas atividades de estágio.

De outro lado, a Universidade só se lembra de se relacionar com as escolas de 1º e 2º graus quando da realização dos estágios.

A distância entre a Universidade e estas escolas começa com a burocracia para a autorização do estágio e vai até a sua realização e avaliação.

Os estágios supervisionados em escolas da comunidade via-

bilizam a prática do fazer, do pensar de cada escola e, consequentemente, impulsionam o crescimento horizontal e vertical das ações em desenvolvimento.

Propiciar o contato com a realidade das escolas é estimular a existência de um campo cultural para a prática de estágio na rede oficial e a ação conjunta entre instituições de Ensino Superior e o Sistema Estadual de Ensino.

O relacionamento até então existente é apenas rotineiro e impossibilita uma integração institucional adequada.

Como núcleo de reflexão e crítica permanente, a Universidade é responsável não só pela informação, mas também pela formação do educador que deverá contribuir na elaboração do modelo cultural da sociedade a que pertence.

O Ensino Superior, como qualquer atividade educacional que se propõe a um crescimento científico, deve preocupar-se com o intercâmbio, com a integração com os diversos graus de ensino e a troca de experiências, visando à melhoria da educação brasileira.

Logo, é importante caminharem juntos, Universidade-Sistema de Ensino, visando a consecução de alternativas que propiciem a administração dos problemas existentes.

6. VINCULAÇÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO COM O CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Segundo SARMENTO (1980:81) há atualmente uma inter-relação entre Educação e totalidade social no Brasil. Os problemas vêm sendo analisados no contexto de uma sociedade de classes, ressaltando-se uma progressiva valorização da Educação como fator de fortalecimento do modelo político-econômico.

Questiona-se muito o papel dos Centros ou Faculdades de Educação no que se refere à qualidade do ensino das Universidades e dos demais níveis de ensino quanto à formação de professores para o 1º e 2º graus.

Apesar de todas as limitações existentes, encontra-se no Colégio de Aplicação um campo capaz de facilitar a integração entre esses graus de ensino.

Contudo não se pode pensar em integrar 1º e 2º graus, sem antes integrar a própria Universidade.

É sabido que a Lei nº 5.540/68 dissociou nos cursos de licenciatura a parte de conteúdos específicos das de formação pedagógica, ficando o Centro ou Faculdade de Educação responsável por esta faceta da formação profissional.

A necessidade de uma maior integração se faz sentir, no entanto, no Colégio de Aplicação, onde atuam os professores dos diversos departamentos do Centro ou Faculdade de Educação, responsáveis pela prática de ensino dos alunos dos cursos de Licenciatura.

Porém, na análise dos regimentos dos Colégios de Aplicação envolvidos na pesquisa, constata-se ser de 64,1% o percentual daqueles onde realmente acontece uma certa integração. Onde existe, tem sido uma experiência altamente positiva, pelo intercâmbio entre Colégios de Aplicação, Centro ou Faculdade de Educação e demais unidades universitárias de onde provêm os estagiários.

Quando os professores do Colégio de Aplicação são os responsáveis pela Didática, pela Metodologia e pela Prática de Ensino dos respectivos Departamentos, reforça-se a atuação conjunta do Centro ou Faculdade de Educação, o que ajuda a superação das dificuldades de articulação entre as unidades da Universidade como componentes de agência formadora de recursos humanos para o magistério.

No Iº Encontro Nacional de Professores de Colégios de Aplicação, realizado em Florianópolis - SC., o assunto gerou séria polêmica, já que reunia docentes de Universidades Federais Autárquicas, Fundacionais e Universidades Estaduais. Foram constituídos três grupos de estudo, ficando decidido, na plenária, que se faria uma discussão mais aprofundada, em cada escola, para concluir-se sobre o tipo de relação desejável para os Colégios de Aplicação.

Para Maria Amélia AMERICANO, a vinculação do Colégio de Aplicação à Faculdade de Educação é indiscutível, aliás é a sua

estágio e a prática de ensino propiciariam o contato do aluno e do respectivo Departamento com a realidade, como uma fonte de dados, a partir dos quais a reflexão pedagógica se organiza.

Ao Curso de Pedagogia caberia a organização da reflexão sobre o conceito. Organização que se realizaria através da discussão e de debates nos respectivos Departamentos do Centro ou Faculdade de Educação. O estágio e a prática de ensino deixariam de ser um adendo para se transformarem numa fonte de experimentação e coleta de dados para a reflexão pedagógica.

O Colégio de Aplicação então vivenciaria o seu real papel, coadjuvado pelos professores e especialistas dos Departamentos do Centro ou Faculdade de Educação.

O projeto educacional deflagrado pelo Colégio de Aplicação seria mais amplo, atingindo o Centro de Educação e a Universidade, como agência formadora de recursos humanos para o magistério.

Uma educação para a vida social democrática exige que a escola seja uma comunidade onde se estabeleça a cooperação entre alunos, professores e funcionários. A verdadeira comunidade só existe se houver sentimentos, idéias e emoções em comum. Isto exige uma organização em que todos participem de suas várias atividades. Porém, só se consegue com uma estreita interdependência entre o Centro de Educação e o Colégio, já que não interessa o acúmulo de conhecimentos, mas a capacidade de refletir e resolver problemas em situação real.

O Colégio de Aplicação, pelas suas características, é uma escola de vidas proporcionadas em situação tal que dela se possa extrair todas as conseqüências educativas, por meio da reflexão e da formulação do que assim for aprendido. É uma ótima maneira de se realizar na prática aquilo que se co-

nhece na teoria. Teoria e prática não se opõem, mas se completam, uma informando e a outra orientando.

O administrador deste Colégio deve ser o maior colaborador da renovação pedagógica. Desta forma, favorecerá, por todos os meios, as condições necessárias ao melhor funcionamento do Colégio, em relação ao aspecto administrativo e técnico.

A integração do Colégio de Aplicação na estrutura universitária deve acontecer logo, para que se possa tentar integrá-lo a toda a comunidade.

Para tanto, é imprescindível a comunicação entre o Colégio de Aplicação e o Centro ou Faculdade de Educação e respectivos Departamentos, visando-se à maior participação, para que dessa união se desencadeie o processo de renovação da metodologia de ensino com repercussões benéficas sobre todo o sistema.

7. O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina foi criada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura.

Em fevereiro de 1961, foi criado um Ginásio de Aplicação, visando a dar cumprimento ao que estabelece o Decreto-Lei nº 9.053, de 12 de março de 1946. O funcionamento do Ginásio de Aplicação proporcionou ao aluno do curso de Didática, a prática de ensino, requisito exigido para a formação pedagógica necessária ao desempenho da função docente.

A implantação do primeiro ciclo do então Ensino Médio, o curso ginásial, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi autorizada pela Portaria nº 673, de 17/07/61, da Diretoria do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura, filiando-o ao Sistema Federal de Ensino.

No primeiro ano de funcionamento, a então Diretora do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis definiu que duas turmas daquele estabelecimento de ensino passariam a consti-

tuir as turmas de 5ª e 6ª séries do Ginásio de Aplicação*.

De acordo com depoimentos dos professores do Centro de Ciências da Educação (CED) que atuaram na década de 60, os professores do Departamento de Métodos de Ensino do CED eram também professores do Ginásio de Aplicação. Isto é, estes professores ministravam aulas nas diversas práticas de ensino e eram responsáveis pela regência de classe neste Colégio. Estes dados não constam das atas da Congregação da referida Faculdade.

Na época havia uma certa integração entre o Centro de Educação e o Ginásio de Aplicação, já que os professores eram praticamente os mesmos. Todos os assuntos importantes eram resolvidos no Ginásio de Aplicação e, posteriormente, submetidos à aprovação do Colegiado Departamental. Havia, de fato, vinculação do Ginásio de Aplicação ao Centro de Educação, com uma consensual subordinação pedagógica. Porém, esta integração não se respaldava em nenhum dispositivo legal, mas no consenso dos professores que constituíam o mencionado Departamento.

Em 1970, foi criado o segundo ciclo do então Ensino Médio, respaldado na Resolução nº 34/69 do Reitor. Sua matrícula inicial foi de trinta (30) alunos. Desta época em diante, passou-se a denominar este estabelecimento de ensino de Colégio de Aplicação.

Com este fato novo, o funcionamento do Colégio tornou-se mais complexo, abrangendo, agora, o então segundo ciclo do Ensino Médio. Os professores do Centro de Educação deixaram de integrar o corpo docente do Colégio, como acontecia até então.

* Livro nº 1 de Atas da Congregação de Professores da Faculdade Catarinense de Filosofia, 1961.

Assim, teve início o processo de dissociação entre o Colégio de Aplicação e o Centro de Educação e vice-versa.

Atualmente, há apenas a participação dos professores do Centro de Ciências da Educação em termos de assessoramento a projetos, quando convidados.

Com o advento da Lei nº 5.692/71, que "fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências", o ensino obrigatório e gratuito passou a ser de oito anos contínuos e obrigatórios. Começaram a ser implantadas no Colégio de Aplicação as séries iniciais do Ensino de 1º grau, de forma progressiva.

Atualmente, segundo o artigo 9º, parágrafo único do Estatuto e Regimento Geral da Universidade, o Colégio de Aplicação é um órgão do Centro de Ciências da Educação, "abrangendo níveis de ensino que permitam experimentação, inovações pedagógicas e estágios para os cursos da área educacional".

Muito embora o Colégio de Aplicação seja legalmente um órgão do Centro de Educação, com características e interesses especiais, o relacionamento entre eles é administrativo, conforme explicita o artigo 4º do Regimento do Colégio de Aplicação, assim redigido: — "A Inspeção do Colégio de Aplicação compete ao Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina".

O artigo seguinte define as atribuições do Inspetor que, face às características da função, são administrativas. Dentre elas, encontra-se como uma das atribuições da função: — "Decidir, em instância superior, sobre os assuntos administrativos relacionados com o Colégio de Aplicação". Porém, quanto ao aspecto pedagógico, nada existe além do que estabelece o já

citado artigo 9º do Regimento Geral da UFSC.

O Colégio de Aplicação tem seu Regimento aprovado pela Portaria nº 87/81 - COLENE/SAT/SEPS/MEC. Este documento prevê que é condição para ingresso na carreira de professor ser aprovado em concurso público de provas e títulos, cabendo ao Diretor do Colégio solicitar a renovação ou não do contrato ao Diretor do Centro de Educação.

No que se refere às atribuições do professor nada há explícito quanto à experimentação e inovação pedagógicas, razão de ser do próprio Colégio.

Contudo o mencionado documento prevê como uma das obrigações do docente no estágio supervisionado atuar como Supervisor Auxiliar, assistindo e orientando o estagiário no desempenho de suas funções.

A Direção do Colégio, de acordo com o que estabelece o respectivo Regimento, "cabará a um dos professores do Colégio, licenciado em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar e experiência na função específica".

Na falta do elemento devidamente credenciado, o Regimento prevê a indicação de um licenciado em Pedagogia, com experiência na função específica ou de qualquer professor do Colégio com curso de licenciatura.

Os dois últimos professores que exerceram a função de Diretor do Colégio de Aplicação foram eleitos com a participação de professores, funcionários, pais e alunos do Ensino de 2º grau. A atual Diretora foi eleita através desta sistemática.

Quanto à situação do corpo docente, está regulamentada no Decreto nº 85.712, de 16/02/81 que "dispõe sobre a Carreira

do Magistério de 1º e 2º graus do Serviço Público da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências" e na Portaria nº 330, de 04 de maio de 1981 — que "expede normas para orientar a aplicação do Decreto nº 85.712, de 16 de fevereiro de 1981, que dispõe sobre a Carreira do Magistério de 1º e 2º graus".

De acordo com os preceitos legais supra-citados, os docentes do Colégio de Aplicação poderão dispor dos regimes de 20 ou 40 horas.

Para os professores com quarenta (40) horas, está prevista a ministração de vinte e quatro (24) horas-aula no mínimo e para os de vinte (20) horas, 12 horas-aula. Entretanto, ficam também assegurados a estes, oito (8) e quatro (4) horas semanais de atividades extra-classe, para os regimes de quarenta (40) e vinte (20) horas, respectivamente.

Este Colégio conta com oitenta e dois (82) professores, sendo setenta (70) sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho e doze (12) professores horistas, ou seja, professores temporários.

Dos setenta (70) professores regidos pela CLT, cinquenta e nove (59) exercem suas atividades docentes no Ensino de 1º grau. Dentre estes, cinquenta e três (53) têm regime de 40 horas semanais, e destes vinte e cinco (25) professores atuam de 1ª a 4ª séries.

Os critérios de seleção para a matrícula no Ensino de 1º e 2º graus no Colégio de Aplicação estão estabelecidos na portaria nº 1108/1985, do Reitor da UFSC. Os alunos provindos da comunidade só serão matriculados após atendimento integral aos filhos dos Professores e Servidores da Universidade Federal

de Santa Catarina.

O número de alunos matriculados, segundo os dados da pesquisa, é de hum mil cento e dezoito (1.118), dos quais oitocentos e oitenta (880) pertencem ao Ensino de 1ª grau.

Considerando-se a média de trinta (30) alunos por turma, este total de alunos correspondeu a vinte e nove (29) turmas em funcionamento durante o ano de 1985.

No período compreendido entre 1980 e 1984, foram realizadas algumas experiências pedagógicas, assim intituladas: Método de Alfabetização, Prática de Monitoria, Atividades de Enriquecimento Curricular e Reforço para Crianças com Dificuldades de Aprendizagem.

A experimentação pedagógica no Colégio tem sido planejada poucas vezes como pesquisa aplicada.

Entretanto todas estas realizações têm provocado a melhoria da qualidade do ensino, implicando em mudanças na prática do professor e no aperfeiçoamento dos métodos didáticos utilizados.

A ausência de tempo disponível impede a divulgação dessas experiências a outras escolas da comunidade, o que só vem sendo feito quando solicitado.

Porém, para 1986, foi prevista a divulgação sistemática de tais realizações, propiciando, assim, o aproveitamento dos estudos na melhoria da qualidade do ensino das demais escolas da comunidade.

A avaliação dos alunos dá-se em função do seu crescimento intelectual, sócio-emocional e físico-motor, observando-se o desempenho do aluno ao longo do ano letivo.

O sistema de avaliação adotado no Ensino de 1º e 2º graus deste Colégio de Aplicação é o Sistema de Aprovação x Reprovação.

Para tanto, o ano letivo é dividido em quatro bimestres. Todo aluno que não alcançar média bimestral igual ou superior a 5 (cinco) ficará sujeito a estudos de recuperação, obedecendo as normas traçadas pela Coordenadoria de Recuperação.

Durante o bimestre, o aluno com dificuldade de aprendizagem terá um atendimento paralelo ao processo ensino-aprendizagem, no qual serão esclarecidos os conteúdos trabalhados no bimestre.

8. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para o estudo descritivo a que este trabalho se propõe, participaram trinta e nove (39) Colégios de Aplicação pertencentes aos diferentes tipos de IES existentes no País. Dentre estes Colégios, onze (11) pertencem ao Sistema Federal de Ensino, cinco (5) são vinculados ao Sistema Estadual, um (1) está ligado ao Sistema Municipal e vinte e dois (22) são estabelecimentos particulares.

Constata-se, também, que foram cento e noventa e cinco (195) as IES que informaram não dispor de Colégio de Aplicação na estrutura universitária e cinquenta e três (53) as que afirmaram a sua existência.

Questionados sobre as razões da ausência desta escola-laboratório na estrutura universitária, a maioria informou dispor de escolas da comunidade como campo de estágio. Outros acusaram, ainda, a falta de espaço físico e de condições financeiras para a manutenção de uma escola desta natureza.

Entretanto houve ainda aquelas IES que informaram não con-

siderar o Colégio de Aplicação um recurso imprescindível à sua ação didático-pedagógica. Há informantes que justificam o não funcionamento de um Colégio de Aplicação por considerá-lo desvinculado da realidade, ou seja, uma escola pública que goza de certos privilégios, como condições físicas adequadas, recursos humanos e materiais melhores que as demais escolas de 1ª e 2ª graus.

Alguns Colégios selecionam a clientela mediante teste de escolaridade. Outros Colégios de Aplicação mantêm intercâmbio com a comunidade, aceitando a matrícula dos dois melhores alunos de cada escola pública estadual e, em contrapartida, o Estado coloca um professor à disposição por área de ensino. Este professor é selecionado pelo Diretor do Colégio de Aplicação, dentre os de melhor desempenho na rede oficial.

Dos trinta e nove (39) Colégios de Aplicação analisados, dois (2) foram criados antes de 1950, sendo um deles anterior ao surgimento do Decreto-Lei nº 9053, de 12 de março de 1946, que "cria um Ginásio de Aplicação anexo às Faculdades de Filosofia do País". Isto significa um percentual de 2,5% do total existente. De 1951 a 1961 constata-se a criação de oito (8) colégios, alcançando 20,5%, e de 1961 a 1971 foram criados mais dez (10), ou seja, 25,6% dos Colégios de Aplicação em funcionamento. Após 1971, foram criados dezenove (19) Colégios, o que representa 48,7% conforme demonstra a ILUSTRAÇÃO I.

Da análise dos dados, verifica-se que a partir de 1961 é bem maior o número de Colégios deste gênero, com destaque nas redes federal e particular de ensino. Data desta época a criação do único Colégio da rede municipal constante desta pesquisa.

Este fato parece ter estreita relação com o que estabelece em seu artigo 104, a Lei nº 4.024/61 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: -"Será permitida a organização dos cursos ou escolas experimentais com currículo, métodos e períodos escolares próprios, dependendo o seu funcionamento, para fins de validade legal, da autorização do Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de cursos primários e médios, e do Conselho Federal de Educação, quando se tratar de cursos superiores ou de estabelecimentos de ensino primário e médio sob a jurisdição do Governo Federal".

O funcionamento de tais Colégios vem sendo bastante questionado face às condições diferenciadas de que dispõem, já que a inexistência de adequadas condições materiais e humanas nas demais escolas públicas acaba por limitar a qualidade de ensino a um padrão inferior.

A valorização do Colégio de Aplicação implica no melhor preparo dos licenciandos e o envolvimento concreto dos professores e alunos com o ensino praticado nas escolas de 1º e 2º graus.

Dos onze Colégios de Aplicação vinculados à rede federal de ensino, apenas dois (2) oferecem o Ensino Pré-Escolar (18,2%) e dois (2), num percentual de 18,2%, o Ensino de 1º grau parcial (5ª a 8ª séries); 64%, representados por sete (7) Colégios, atendem alunos de sete (7) a catorze (14) anos, faixa

da obrigatoriedade escolar, abrigando uma clientela de sete mil, cento e vinte e oito (7.128) alunos, conforme configurado nas ILUSTRAÇÕES II e IV.

Após a conclusão do Ensino de 1º grau, qualquer aluno tem condições de matricular-se no Ensino de 2º grau. Neste nível de ensino, nos Colégios de Aplicação pesquisados na rede federal de ensino, são atendidos dois mil duzentos e setenta e nove (2.279) alunos, num total de catorze (14) opções profissionais diferentes. Na rede federal, destaca-se o número de Colégios de Aplicação (21,42%) que optou pela não profissionalização no Ensino de 2º grau conforme a Lei nº 7.044/82. Este dispositivo legal altera o que estabelece a Lei nº 5.692/71 no que se refere à profissionalização. Em seguida, constata-se a presença da habilitação básica em saúde, com 14,28%, segundo dados da ILUSTRAÇÃO III.

De acordo com este dispositivo legal, a profissionalização a nível de 2º grau passou a ser opcional, a critério do estabelecimento de ensino.

Os cinco (5) Colégios de Aplicação em funcionamento na rede estadual de ensino, ou seja, 13% do universo da pesquisa, foram criados a partir de 1951. Nesta rede é atendida uma clientela de dois mil, oitocentos e trinta e oito (2.838) alunos no Ensino de 1º grau e de dois mil cento e cinquenta e oito (2.158) alunos no Ensino de 2º grau, conforme demonstra a ILUSTRAÇÃO IV.

No que concerne à profissionalização, no Ensino de 2º grau as habilitações mais oferecidas nesta rede de ensino são as técnicas em eletrônica, análises químicas e agricultura.

A rede municipal conta somente com um (1) Colégio de Apli-

cação em funcionamento, vinculado à Fundação de Ensino Superior de Rio Verde, no Estado de Goiás, e que atende ao Ensino de 2º grau, com um total de oitenta (80) alunos.

Na rede particular de ensino há vinte e dois (22) Colégios de Aplicação em funcionamento, ou seja 56,4% do total existente. Destes, dezenove (19), ou seja, 86,3% atendem ao Ensino de 2º grau, oferecendo um total de quarenta e três (43) habilitações.

Analisando-se a ILUSTRAÇÃO V, constata-se que o Ensino de 1º grau completo é mais atendido pelas redes de ensino federal, estadual e particular, já que da rede municipal foi envolvido apenas um Colégio de Aplicação, que só oferece o Ensino de 2º grau.

Isto revela a participação dos segmentos da sociedade brasileira na educação básica, que deverá ser universalizada com o envolvimento de todos.

Entretanto o Ensino de 2º grau completo apresenta-se bem atendido em todas as redes de ensino.

Dentre as habilitações oferecidas pelos Colégios de Aplicação analisados, destacam-se, na rede particular de ensino, as de técnico de magistério, em doze (12) destes Colégios e técnico em contabilidade em seis (6).

Nesta mesma rede de ensino existem seis (6) Colégios cujos currículos foram elaborados à luz dos princípios da Lei nº 7.044/82, voltados para a formação integral do adolescente. Estes, via de regra, visando à educação geral, preparam seus alunos para o ingresso no Ensino Superior, já que a profissionalização é opcional por lei.

Muito embora, com o advento da Lei nº 7.044/82, a formação profissional a nível de 2º grau seja opcional, numa visão global da pesquisa, constata-se a oferta de setenta e oito (78) habilitações profissionais, num total de trinta e cinco (35) cursos de 2º grau completo. Destas, catorze (14), num percentual de 18%, referem-se à habilitação de técnico de magistério, sete (7), o que representa 9%, tratam do técnico de contabilidade e dois (4), o que alcança 5,1%, oferecem a habilitação básica em saúde.

Um outro elemento considerado relevante para a análise a que a pesquisa se propõe, é o número de alunos por turma, fator diretamente implicado na qualidade do Ensino.

Constata-se, entretanto, que em vinte e seis (26), ou seja, 67% dos Colégios de Aplicação em estudo, o número de alunos por turma varia de trinta (30) a quarenta (40). Isto indica que a maior parte destes Colégios de Aplicação tem suas turmas assim constituídas, de acordo com o que apresenta a ILUSTRAÇÃO VI.

Por outro lado, no universo da pesquisa, destaca-se, num percentual de 18% destes Colégios, o número de alunos por turma no Ensino de 2º grau, cujos dados denunciam a presença de quarenta (40) a sessenta (60) alunos por turma (ILUSTRAÇÃO VII).

Com base nestes dados, foi calculada a média aritmética, verificando-se que as turmas do Ensino de 1º grau são constituídas de trinta e três vírgula um (33,1) alunos em média, com um desvio padrão de seis vírgula três (6,3) e um coeficiente de variação de dezenove vírgula um (19,1%).

No Ensino de 2º grau, a média é de trinta e seis vírgula sete (36,7) alunos por turma, com desvio padrão de sete vírgula

la três (7,3) e um coeficiente de variação de 20%. Em ambos os casos observa-se uma dispersão de aproximadamente 20% em torno da média.

Esses dados numéricos sobre a constituição das turmas, embora aparentemente pouco significativos, tornam-se importantes quando se questiona o aspecto qualitativo, resultante da valiosa interação professor x aluno. Em se tratando de uma escola-laboratório, este se constitui num indicador de maior relevância, face às experimentações e inovações a serem realizadas, onde o índice de interação é necessariamente maior.

Outro fato a ser considerado na constituição das classes é a existência de grupos diversos numa mesma turma, exigindo do professor a dinâmica do trabalho diversificado, uma das condições básicas para que a aprendizagem se realize, além do clima psicológico da sala de aula que deverá ser criado e mantido pelo professor.

Estes aspectos têm estreita ligação com a avaliação do aproveitamento do aluno e o acompanhamento didático, caracterizando-se como pontos fundamentais do sistema de avaliação um conhecimento profundo do aluno para a seleção e organização dos objetivos.

Os Colégios de Aplicação criados antes de 1971 foram estruturados de acordo com a Lei nº 4.024/61, que "fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional" e só ofereciam o ensino correspondente ao Ginásio (5ª a 8ª séries). A estas foram integradas as quatro primeiras séries que, de acordo com o citado dispositivo legal, constituíam o então Ensino Primário, gratuito e obrigatório.

A implantação das diversas séries que constituíram o Ensi-

no de 1º grau, de acordo com a Lei nº 5.692/71, que "fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus", deu-se progressivamente, havendo implantação integral nas demais séries, ou seja, a implantação das oito (8) séries do 1º grau foi de forma simultânea, conforme ILUSTRAÇÃO VIII.

Desta maneira, foi implantado o Ensino de 1º grau com oito (8) anos de escolaridade gratuita e obrigatória, que deverá atingir todo brasileiro na faixa dos sete (7) a catorze (14) anos.

O processo ensino-aprendizagem nos Colégios de Aplicação está sob a responsabilidade de um mil, oitocentos e cinquenta e três (1.853) professores.

Todos os Colégios de Aplicação da rede federal de ensino providenciam o recrutamento dos seus professores mediante concurso público de provas e títulos. Entretanto, na rede estadual, dois (2) Colégios adotam este critério (40%), e na rede particular apenas um (1) Colégio, ou seja 4,5%, segundo o configurado na ILUSTRAÇÃO IX.

Na admissão de docentes, sete (7) Colégios de Aplicação adotam diferentes critérios. São eles: a prova de título e experiência, a indicação do melhor aluno pelo professor de prática de ensino e a seleção pedagógica, atingindo cada um deles o percentual de 18%.

Em ordem decrescente de evidência pouco significativa, outros critérios também foram arrolados (entrevistas com o coordenador, apresentação de curriculum vitae, experiência em outras escolas). Estes e os demais constantes da ILUSTRAÇÃO IX não apresentaram índice que os caracterizassem como dados relevantes a serem trabalhados.

As respostas sobre vínculo empregatício informam que um mil, quinhentos e cinquenta e dois (1.552) professores são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que representa 84% dos docentes em exercício nos Colégios de Aplicação pesquisados.

Cento e setenta (170), ou seja, 9,1%, estão subordinados ao Estatuto do Magistério, cinquenta e três (53), num percentual de 2,9%, são nomeados pelo Estado e pertencem aos Colégios de Aplicação da rede estadual. Quarenta e dois (42) professores (2,2%) são professores temporários, ou seja, aqueles que atuam em caráter de eventualidade, conforme ILUSTRAÇÃO X.

Segundo depoimento dos professores no Iº Encontro Nacional de Professores de Colégios de Aplicação, os professores dos Colégios vinculados às autarquias têm sua estrutura de carreira instituída pelo Decreto nº 85.712, de 16 de 02 de 1981, pelo Decreto-Lei nº 1.828, de 16/12/1981, e pela Portaria nº 330, de 04/05/1981. Porém os professores do Ensino de 1º e 2º graus dos Colégios pertencentes às Fundações Educacionais têm sua carreira estruturada a partir de 1985.

De acordo com depoimento dos professores, durante a realização do encontro, pode-se afirmar que os mesmos reclamam um maior envolvimento com a experimentação e inovação pedagógicas.

Isto é mais um fato a reforçar o pensamento dos demais professores de 1º e 2º graus, que consideram o Colégio de Aplicação uma escola privilegiada dentre as muitas escolas públicas, em situação precária quanto às condições físicas, materiais e humanas.

Estando o Colégio de Aplicação localizado no campus universitário, terá oportunidade de compartilhar, ao menos parci-

almente, os recursos de laboratórios, bibliotecas, áreas internas de lazer e outros. Isto, além de poder utilizar os recursos humanos da Universidade, integrando-se, desse modo, às suas atividades.

No que se refere aos objetivos do Colégio de Aplicação, na educação e desenvolvimento dos seus alunos, aspecto de grande relevância na pesquisa, o maior índice (72%) diz respeito à prática de ensino e ao estágio supervisionado, constatado em vinte e oito (28) Colégios, e à experimentação e inovação pedagógicas em vinte e sete (27), com um percentual de 69,2%. (ILUSTRAÇÃO XI).

Dentre os objetivos dos Colégios de Aplicação em estudo, estão também a preparação do aluno para o vestibular, que envolve 26% destes Colégios, a formação global do adolescente (13%), a educação dos filhos de professores e funcionários (10,2%) e a profissionalização do aluno a nível de 2º grau (5,1%).

Estes resultados refletem a filosofia de ação deste tipo de Colégio.

Com base na análise e interpretação dos dados colhidos, conclui-se que os Colégios pesquisados ainda deixam a desejar, uma vez que a experimentação e a inovação pedagógicas, paralelas às práticas de ensino e ao estágio supervisionado, deveriam ser os princípios norteadores das atividades educacionais nestas escolas.

Os resultados acima mencionados estão detalhados na ILUSTRAÇÃO XI e caracterizam a maneira como vêm funcionando estes Colégios e sua contribuição aos cursos de licenciatura.

O Colégio de Aplicação, como escola pública, tem o compro-

misso social de trabalhar a realidade, experimentando e produzindo o saber em benefício da comunidade.

Logo, o estabelecimento claro e preciso dos objetivos facilita, direciona e orienta o bom funcionamento da escola.

Colaborar com a melhoria do Ensino de 1º e 2º graus e fomentar a formação de professores mais ajustados à realidade brasileira está implícito na filosofia de criação do Colégio de Aplicação.

Ao Colégio de Aplicação cabe interagir com as demais escolas públicas de 1º e 2º graus como agente realimentador do sistema.

Neste sentido, a filosofia do Colégio de Aplicação tem implicações diretas com o sistema social global como centro irradiador de inovações pedagógicas e de atualização de conteúdos. Logo, o seu corpo discente deverá contar com camadas representativas dos diversos estratos sociais para não se distanciar dos padrões de vida e da cultura da comunidade em geral.

A importância do Colégio de Aplicação está na filosofia que o norteia, caracterizando-o como laboratório de ensino, onde processos formativos do aluno e do professor são continuamente planejados, experimentados e avaliados, paralelos à observação, à pesquisa e à prática de ensino para alunos, professores e especialistas.

Não basta definir os variados objetivos. É preciso utilizá-los inteligentemente.

A avaliação, aspecto inerente a qualquer atividade educacional, tem por suportes básicos os objetivos. Portanto, obje-

tivos claramente definidos sustentam uma boa avaliação, e, como retorno, ter-se-ão informações relevantes sobre o desempenho do professor e a aprendizagem do aluno.

Analisando-se as informações colhidas, pode-se constatar que a quase totalidade dos Colégios de Aplicação (79,5%) avalia seus alunos utilizando o sistema de aprovação x reprovação no Ensino de 1º grau e (85%) no Ensino de 2º grau. Este fato aparece com ênfase nas redes federal, estadual e particular de ensino, onde os percentuais são bastante significativos conforme demonstra a ILUSTRAÇÃO XII.

O sistema de promoção automática é adotado em 15,3% dos Colégios de Aplicação no Ensino de 1º grau e por 2,5% no Ensino de 2º grau.

A adoção do sistema de avanço progressivo acontece somente em um (1) dos Colégios de Aplicação (2,5%), que oferece o Ensino de 1º grau e pertence à rede particular de ensino.

O sistema de avaliação é sempre algo que merece atenção especial. E sempre traz em seu bojo os objetivos do planejamento, o tempo previsto e o conteúdo e as atividades a serem desenvolvidas. Isto significa que a cada aluno deverá ser concedido o tempo suficiente para que a aprendizagem se realize.

CARROL (1971:36) declara acreditar que a maioria dos pesquisadores educacionais concorda que os testes com referência a critério são os melhores para determinar quando o estudante atinge os objetivos da tarefa a ser aprendida.

Entretanto, para MAGER (1962:61), o professor não pode comprovar se atingiu ou não os objetivos, a não ser que empregue itens que exijam dos alunos desempenhos relacionados com o objetivo proposto.

O diagnóstico da defasagem do aluno nos estudos é uma decorrência da avaliação em relação aos objetivos do planejamento. Uma vez constatada, torna-se necessária a recuperação dos estudos legalmente prevista no art. 14 § 2º da Lei nº 5.692/71. São estudos a serem realizados com o devido acompanhamento, oportunizando a superação das dificuldades até então encontradas.

A recuperação preventiva, ou seja, paralela ao processo ensino-aprendizagem, acontece em vinte e três (23) Colégios, atingindo 59% dos Colégios de Aplicação objeto do estudo. Paralela ao processo e ao final do bimestre, em sete (7) Colégios, ou seja, 17,9%, conforme configura a ILUSTRAÇÃO XIII.

Estes dados refletem o funcionamento da recuperação preventiva em grande parte dos Colégios de Aplicação envolvidos. Entretanto há também indicadores do funcionamento de um processo de recuperação terapêutica, quando os dados informam que o atendimento acontece somente ao final do bimestre, do semestre ou do ano letivo.

Esta idéia de prever-se a recuperação dos estudos no planejamento do Ensino não é inovação e se fundamenta na necessidade de atender os problemas de aprendizagem no momento em que eles aparecem.

Num Colégio de Aplicação, mais que em qualquer outro colégio, a produtividade do aluno é algo relevante, já que se trata de uma escola de inovação e de demonstração pedagógicas.

No entretanto a participação do Centro ou Faculdade de Educação no planejamento das atividades do Colégio, caracterizando um reforço para o seu desempenho, acontece em vinte e cinco (25) Colégios, ou seja, 64,1% das IES participantes da pesquisa. Em treze

(13) Colégios, 33% destas IES, não existe qualquer envolvimento com o Colégio de Aplicação, funcionando cada um como órgão autônomo na mesma estrutura hierárquica.

A vinculação dos professores do Colégio com os professores de prática de ensino se destaca em dezenove Colégios (86,3%) , na rede particular, e em sete (7) Colégios (64%) na rede federal de ensino, segundo ficou registrado na ILUSTRAÇÃO XIV.

Investigando-se as razões desta não-vinculação ao Centro ou Faculdade de Educação, vinte e quatro (24) Colégios de Aplicação em estudo (61,5%) abstiveram-se de responder ao item.

Dentre os Colégios que responderam, dez (10) (26%) informaram não haver subordinação pedagógica ao Centro ou Faculdade de Educação, dois (2) destes Colégios (5,1%) planejam de forma integrada com o professor de prática de ensino, dois (2) (5,1%) afirmam que há entrosamento e integração das atividades pedagógicas e um (1), ou seja, 2,5% afirma que a vinculação ao Centro de Educação prejudica o andamento das aulas.

A participação do Centro ou Faculdade de Educação em vinte e cinco (25) Colégios de Aplicação é decorrência do envolvimento do professor de prática de ensino no Colégio, da orientação do professor do Centro ou Faculdade de Educação, do assessoramento do Centro de Educação na definição das prioridades do Colégio, em atenção ao Diretor do Centro ou Faculdade de Educação e do entrosamento didático-pedagógico horizontal e vertical entre Centro de Educação e Colégio de Aplicação. Dentre estes fatos, o mais evidente é o envolvimento com o professor de prática de ensino do Centro ou Faculdade de Educação em seis (6) Colégios da rede federal e doze (12) da rede particular de ensino, atingindo em cada um 54,5%.

A ação integrada do Colégio de Aplicação com o Centro e toda a Universidade propiciaria uma verdadeira integração entre os vários níveis de Ensino.

A vinculação sob a forma de subordinação pedagógica foi constatada em vinte (20) Colégios (51,2%), e a subordinação pedagógico-administrativa em cinco (5) Colégios, num percentual de 12,8%. Além destas formas de vinculação, aparece ainda a cooperação em três (3) Colégios, ou seja, em 7,6%, conforme ILUSTRAÇÃO XV.

Analisando a ILUSTRAÇÃO acima citada, verifica-se que há maior evidência de subordinação pedagógica na rede particular de ensino, envolvendo catorze Colégios (63,6%), e menor índice na rede federal, abrangendo quatro (4) Colégios de Aplicação (36,3%). Observou-se, também, haver em três (3) Colégios da rede federal de ensino, num percentual de 27,2%, um sistema de cooperação entre o Centro e o Colégio de Aplicação.

Neste sentido, um dos objetivos do Iº Encontro Nacional de Professores de Colégios de Aplicação era resgatar ou criar relação pedagógica entre este e a Faculdade, Instituto ou Centro de Educação.

O que até então existe é quase que exclusivamente formal, qualificando-se esporadicamente em função de necessidades imediatas, sob a forma de assessoria. Entretanto, é bastante enfatizada a necessidade de uma integração de atividades e estudos de interesse comum (currículo de 1º e 2º graus) na formação dos profissionais que atuarão no sistema de ensino, como também a importância de um planejamento conjunto para a realização de estágios e sua duração, que por ser insuficiente não influi nem colabora na formação do professor e do aluno.

Os estágios supervisionados vêm funcionando na quase tota-

lidade dos Colégios de Aplicação analisados na pesquisa, em todas as redes de Ensino.

Com índices mais significativos aparecem os estágios de magistério, que consistem nas práticas de ensino, em atendimento aos cursos de licenciatura das IES, envolvendo trinta e seis (36) Colégios de Aplicação, ou seja, 92,3%. A seguir, verifica-se o estágio supervisionado de administração escolar em oito (8) Colégios da rede federal (73%), em catorze (14) Colégios da rede particular de ensino (64%), em cinco (5) Colégios da rede estadual (100%).

O estágio supervisionado de supervisão escolar acontece em seis (6) Colégios da rede federal (54,5%); na rede estadual, abrange cinco (5) Colégios (100%), e dez (10) Colégios da rede particular, num percentual de 45,4%.

Com o mesmo destaque, constata-se, ainda, o estágio supervisionado de orientação educacional em oito (8) Colégios da rede federal (73%), em quatro (4) Colégios da rede estadual (80%) e em treze (13) Colégios da rede particular de ensino (59%).

O estágio supervisionado de magistério, com prática de ensino nas disciplinas do Ensino de 2º grau, na rede municipal envolve um (1) Colégio, ou seja, 100% da referida rede abrangida pela pesquisa. Isto se configura na ILUSTRAÇÃO XVI.

Como oportunidade de um maior relacionamento entre a Universidade e o Ensino de 1º e 2º graus está o estágio supervisionado e a prática de ensino. Estes são fatores obviamente imprescindíveis para o êxito das atividades, tanto as específicas como as comuns.

Assim, ficaria resolvido o descompasso entre as discipli-

nas de formação pedagógica e as de conteúdo específico.

No que concerne à escolha do Diretor do Colégio de Aplicação, vários foram os critérios apontados.

Na rede federal seis (6) Colégios (54,5%) têm seus Diretores indicados pelo Reitor, cinco (5), (45,4%), foram escolhidos de uma lista tríplice, resultado de eleição direta com participação de professores e funcionários.

Entretanto, na rede estadual, dois (2), ou seja, 40%, foram indicados pelo Diretor do Centro de Educação: um (1), (20%), através de eleição direta, onde participam professores e funcionários e um (1), (20%), escolhido pelo presidente da entidade mantenedora.

Por outro lado, na rede municipal, onde figura somente um Colégio de Aplicação, o Diretor é indicado pelo Reitor.

Na rede particular, verificam-se onze (11) Colégios, o que alcança 50% da respectiva rede, cujos Diretores foram indicados pelo presidente da entidade, que, no caso, é a Fundação Mantenedora, e sete (7) Colégios, num percentual de 32%, onde a indicação é do Diretor do Centro ou Faculdade de Educação. Nesta mesma rede, três (3) Colégios (13%) abstiveram-se de responder ao item, segundo dados da ILUSTRAÇÃO XVII.

Na rede federal de ensino, constata-se que em dez (10) Colégios de Aplicação (91%) há somente Diretor, seis (6), (54,5%), contam com Diretor e Vice-Diretor, três (3), (27,2%), dispõem, ainda, de Coordenador e dois (2), 18,1%, têm Direção colegiada.

Em todos os Colégios da rede estadual constata-se a presença da figura do Diretor, três (3), (60%), têm, ainda, Vice-Diretor, um (1), 20%, dispõe de Assistente de Direção e um (1), 20%, tem Auxiliar de Direção.

No Colégio de Aplicação da rede municipal, verifica-se, na constituição da Direção, as figuras do Diretor e do Vice-Diretor.

Constata-se, também, que em vinte (20) Colégios da rede particular (91%), a Direção é constituída de Diretor e Vice-Diretor, e em nove (9), ou seja, 41%, existe, ainda, Assistente de Direção, de acordo com o que configura a ILUSTRAÇÃO XVIII.

Quando perguntados sobre o assessoramento à Direção, nove (9) Colégios da rede federal (82%) se declararam assessorados pelo Serviço de Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

Foram apontados como motivos do assessoramento, nos trinta e nove (39) Colégios de Aplicação, a elaboração do planejamento curricular, visando alternativas para melhores soluções pedagógicas, em vinte e nove (29) Colégios, o que alcança 74,3%, o desenvolvimento de pesquisas e estudos para melhor avaliar o aluno, em vinte e dois (22) colégios, (56,4%), o planejamento e operacionalização da recuperação de estudos em vinte e quatro (24) Colégios, (61,5%), e a adequação do currículo às exigências sócio-econômicas da região em vinte e dois (22) Colégios, alcançando um percentual de 56,4%. É o que configura a ILUSTRAÇÃO XIX.

Além dos serviços citados, a Direção se faz assessorar por Coordenadores. Dentre elas as Coordenadorias de Avaliação e Conselho de Classe, em vinte e cinco (25) Colégios (64,1%), de Atividades Extra-Classe e de Educação Física, em quinze (15) Colégios de Aplicação (38,4%), Coordenadoria de Recuperação, em nove (9) Colégios, atingindo um percentual de 23% do universo da pesquisa, e a Coordenadoria de Integração e Controle de Programas e Projetos em oito (8) Colégios, o que represen-

ta 20,5%. Estas foram as informações mais significativas sobre assessoramento à Direção nos Colégios de Aplicação pesquisados, de acordo com a ILUSTRAÇÃO XX.

O regimento escolar, documento importante que individualiza e regula o funcionamento da escola, só tem vigência após ter sido aprovado pelo Conselho de Educação do respectivo sistema de ensino, de acordo com o Artigo 2º, parágrafo único da Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971.

Dos nove (9) regimentos vigentes na rede federal de ensino, cinco (5), (56%), foram aprovados pelo MEC/CFE, órgão próprio do sistema. Os quatro (4) restantes, ou seja, 44%, foram aprovados na respectiva IES, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho Universitário e pelo próprio Reitor. Nesta rede, apenas dois (2) regimentos ainda não foram aprovados.

A situação nos Colégios de Aplicação da rede estadual é de somente dois (2) regimentos aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, o que corresponde a 40% da respectiva rede. Um foi aprovado pela Secretaria de Educação do respectivo Estado, e um (1) pela Congregação da Faculdade de Educação daquele Estado. Nesta mesma rede de ensino há um regimento vigorando sem a devida aprovação.

No que se refere à rede municipal, o Colégio de Aplicação envolvido tem seu regimento aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

Entretanto, na rede particular de ensino, catorze (14) Colégios, (64%), tiveram seus regimentos aprovados apenas a nível de Secretaria de Educação, seis (6), ou seja, 27,2%, foram aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, um (1), (4,5%), deixou de responder ao item, e um (1), (4,5%), não foi apro-

vado, de acordo com os dados da ILUSTRAÇÃO XXI.

Na ausência do regimento escolar devidamente aprovado, os Colégios de Aplicação utilizam-se de outros documentos legais, tais como a Lei nº 5.692/71, a Lei nº 7.044/82, o Estatuto e o Regimento Geral da IES a que pertencem e pareceres que dispõem legalmente sobre o Ensino de 1º e 2º graus, segundo configurado na ILUSTRAÇÃO XXIII.

Questionados sobre a realização de experiências de pesquisa, período 1980-1984, trinta e um (31) Colégios de Aplicação afirmam tê-las realizado, o que atinge 79,5% do total (ILUSTRAÇÃO XXIV).

Porém oito (8) Colégios, o que representa 20,5%, não realizaram experiências de pesquisa porque dois (2) destes Colégios, (5,1%), dispõem de número elevado de professores com tempo parcial de trabalho, dois (2), (5,1%), por não contarem com convenientes recursos materiais e financeiros e um (1), (2,5%), acusa haver pouco contato com o Ensino de 2º e 3º graus.

Estes foram os índices mais significativos. Com um percentual de 2,5%, envolvendo um (1) Colégio, aparecem as informações de que os professores ministram excessiva carga de horas-aula e que há dificuldade em dispor de alguém que oriente no decorrer da pesquisa.

Por outro lado, três (3) Colégios abstiveram-se de responder, alcançando um percentual de 7,6% dos Colégios pesquisados.

Com exceção da justificativa sobre a falta de recursos materiais e financeiros, que é citada também pelo Colégio de Aplicação da rede municipal de ensino, todos os demais proble-

mas impeditivos da realização de experiências pedagógicas foram constatados no Colégio de Aplicação da rede particular (ILUSTRAÇÃO XXV).

Com fundamento nestes dados constata-se que, mesmo em se tratando de um Colégio criado como núcleo de experimentação e inovação pedagógicas, nele há professores sobrecarregados com a ministração de aulas. Este é um fato constatado na rede particular de ensino e que dificulta e até impede o interesse do docente pela experimentação, condição indispensável à caracterização de um Colégio de Aplicação. Para tanto, ressalta-se a relevante função do Centro ou Faculdade de Educação, como órgão responsável pela formação pedagógica do profissional da Educação.

Ao analisar-se a frequência com que a experiência pedagógica vem sendo planejada como pesquisa aplicada, destaca-se com maior índice, a informação de que a pesquisa vem acontecendo "muitas vezes" em vinte (20) Colégios, o que alcança 51,2%. A seguir verifica-se a informação de que a mesma acontece "poucas vezes" em sete (7) Colégios, alcançando 17,9%, "exclusivamente" em três (3) Colégios, ou seja, 8%, e "nunca" em dois (2) Colégios, cujo percentual é de 5,1%. Neste item houve também abstenção de sete (7) Colégios de Aplicação, o que representa um percentual de 18%, de acordo com a ILUSTRAÇÃO XXVI.

Dentre as experiências pedagógicas realizadas, destacam-se as "atividades de enriquecimento curricular", em vinte e quatro (24) Colégios (61,5%); "técnica de avaliação", envolvendo vinte (20) Colégios (51,2%); "prática de monitoria", em dezenove (19) Colégios (48,7%); "método de alfabetização", que se realiza em dezessete (17) Colégios, num percentual de 43,5%, e as

experiências sobre "reformulação curricular do Ensino de 2º grau", em quatro (4) Colégios, ou seja, em 10,2%, conforme está configurado na ILUSTRAÇÃO XXVII.

Todas estas experiências se voltam para problemas reais e atuais que enfrentam as escolas que oferecem o Ensino de 1º e 2º graus, para os quais urge uma solução.

9. O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFSC NO CONTEXTO NACIONAL

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, atende atualmente ao Ensino de 1ª e 2ª Graus, tendo como objetivos a experimentação e inovação pedagógicas, a prática de ensino e o estágio supervisionado.

Isto, também legalmente previsto acontece poucas vezes como pesquisa aplicada.

Segundo a Portaria nº 1.108/85, da Reitoria da UFSC, o Colégio de Aplicação atende a filhos de professores e funcionários e, se houver vagas excedentes, poderão, então, ser oferecidas à comunidade em geral.

Em termos legais explícitos, o Colégio de Aplicação está subordinado administrativamente ao Centro de Ciências da Educação, sem, contudo, haver qualquer vinculação entre ambos.

Esta não-vinculação é justificada pelo fato de não haver sido prevista subordinação pedagógica. No entretanto o assessoramento ao planejamento do Colégio de Aplicação acontece sob a orientação dos Departamentos do Centro de Ciências da Educação, quando solicitados.

De acordo com informações do Diretor do Colégio de Aplicação da UFSC, atualmente o Centro de Ciências da Educação é o que menos se envolve com o Colégio, ou melhor, o que menos atenta para os problemas existentes como fonte de estudo e pesquisa, muito embora o Colégio de Aplicação esteja sempre aberto à experimentação pedagógica, desde que consultado.

Em 36,37% das IES federais pesquisadas não há vinculação entre os professores das diversas áreas de estudo de seu Colégio de Aplicação com as respectivas práticas de ensino. A UFSC é uma delas.

Assim sendo, os estágios supervisionados não são planejados em conjunto, situação em que a produção teórico-prática do Ensino de 1º, 2º e 3º graus poderia realmente acontecer.

No Colégio de Aplicação da UFSC, como em todos os demais Colégios de Aplicação em análise, os objetivos praticamente são os mesmos. O que apresenta alguma diferença é a estrutura e o funcionamento dos Colégios.

Constata-se que nos Colégios de Aplicação da rede particular há, em geral, subordinação pedagógica e administrativa ao Centro ou Faculdade de Educação.

Já nos colégios públicos, incluindo-se o Colégio de Aplicação da UFSC, o exercício da subordinação não acontece, necessariamente, por não ser legalmente previsto ou por não haver consenso neste sentido.

Urge, portanto, a redefinição do real papel do Colégio de Aplicação da UFSC, quanto à apropriação e produção científica de um saber que instrumentalize os seus educandos para uma prática social transformadora.

Toda e qualquer atividade educacional se propõe a um cres-

cimento científico e o intercâmbio entre Colégio de Aplicação e Centro de Ciências da Educação é fator significativo, na medida em que contribui para a melhoria da qualidade do Ensino como um todo.

Como consequência deste relacionamento, teríamos um planejamento integrado, envolvendo Universidade e Sistemas de Ensino, na conquista de caminhos que favoreçam a diminuição das disparidades existentes entre o Ensino de 1º e 2º graus e o Ensino de 3º grau.

Segundo depoimentos dos professores e do Diretor do Colégio de Aplicação da UFSC, o desejo de integração com as diversas unidades universitárias e, mais especificamente, com o Centro de Ciências da Educação é um objetivo muito perseguido.

É preciso, pois, oportunizar esta aproximação através das atividades de prática de ensino e estágio supervisionado, desenvolvidas pelos respectivos Departamentos do Centro.

Uma vez conseguida a integração do Colégio de Aplicação na estrutura universitária, tornar-se-á mais fácil integrá-lo na comunidade, o que, na realidade, nada mais é que propiciar a integração do Ensino de 1º, 2º e 3º graus.

O relacionamento poderá ser concretizado com a participação mais efetiva do Centro na solução dos problemas existentes no Colégio.

A Universidade precisa ser pensada como um todo, visto que apenas algumas partes são valorizadas e, dentre estas, constatou-se não estar o Ensino de 1º e 2º graus.

A ausência de uma vinculação pedagógica reflete-se nas experiências, que poucas vezes foram realizadas como pesquisa aplicada.

Quanto à realização das experiências mencionadas no período 1980-1984, o Colégio de Aplicação da UFSC está dentre os 91% dos colégios da rede federal de ensino que acusaram tal realização e cujas influências foram positivas.

Contudo a filosofia do Colégio de Aplicação da UFSC deve ser revista quanto à sua função, atribuindo-se importância aos elementos que constituem a realidade: aluno-licenciando, professor regente, professor de prática de ensino, supervisor escolar, orientador educacional e administrador escolar, pois a convivência profissional técnica e humana propiciará a inigualável integração das várias áreas de trabalho pedagógico e dos diversos graus de ensino.

10. CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou estudar o Colégio de Aplicação no contexto das Universidades Brasileiras e, mais especificamente, realizar uma análise do Colégio de Aplicação da UFSC, para investigar como tem este se desempenhado como escola-laboratório.

Neste sentido, procurou identificar a filosofia de ação dos atuais Colégios de Aplicação e sua vinculação com o Centro de Educação e respectivos departamentos.

Pretendeu, também, constatar a integração do Ensino de 1º e 2º graus na estrutura das Universidades Brasileiras, a contribuição dos Colégios de Aplicação ao Sistema de Ensino e a situação destes Colégios em funcionamento nas diversas IES Brasileiras.

O universo desta pesquisa é constituído de trinta e nove (39) Colégios de Aplicação, sendo onze (11) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, cinco (5) ao Sistema Estadual, vinte e dois (22) vinculados à rede particular de ensino e um (1) à rede municipal.

Com base nos dados analisados, conclui-se que, para que o Colégio de Aplicação se desempenhe como tal, é preciso que retome o caminho inicialmente percorrido, ou seja, o Colégio de Aplicação é um organismo do Centro de Ciências da Educação que deve promover a experimentação e inovação pedagógicas, originariamente previstas e estabelecidas nos regimentos.

Para tanto, parece viável que a IES, ou mais especificamente, o Centro de Ciências da Educação, reconheça o real papel do Colégio de Aplicação, proporcionando-lhe o apoio necessário ao seu funcionamento como escola-laboratório para os cursos da área-educacional.

No Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, inicialmente, o corpo docente era constituído pelos professores e especialistas do Centro de Ciências da Educação. Estes professores eram regentes de classe no Colégio e, ao mesmo tempo, professores de prática de ensino. Desta forma, o relacionamento e a integração aconteciam normalmente.

Recomenda-se, portanto, que, para a formação docente, não falte o contato com a realidade social e escolar, durante toda a preparação para a carreira, uma vez que este contato vai propiciar ao licenciando a experimentação dos conteúdos e sua aplicação prática.

A formação superficial é insuficiente, voltada para a simples aquisição da técnica pedagógica e não para a compreensão e fundamentos das razões do seu emprego e dos fatores que interferem na aplicação que, segundo MIALARET (1978:28), "pode converter o educador em escravo dos instrumentos".

Assim sendo, o intercâmbio entre a teoria e a prática torna-se imprescindível na formação do futuro professor do Ensino

de 1º e 2º graus.

Ao Colégio de Aplicação cabe, então, conciliar a teoria com a prática, criando e desenvolvendo projetos de pesquisa que contribuam para a melhoria da qualidade do Ensino de 1º e 2º graus das diversas redes de ensino.

Outro fato importante é a extensão das experiências às escolas da comunidade, o que acontece em sete (7) Colégios da rede federal de ensino (63,6%), dois (2) Colégios da rede estadual (40%), e oito (8) Colégios da rede particular de ensino (36,3%). Donde se conclui que somente 43,5% dos Colégios de Aplicação em estudo divulgam o resultado das experimentações realizadas, permitindo as demais escolas usufruírem dos benefícios dali oriundos.

Um dos aspectos relevantes para a melhoria qualitativa do Ensino na Universidade é a aquisição de conhecimentos e habilidades requeridas para um bom desempenho no Ensino Superior, o que tem íntima relação com o Ensino de 1º e 2º graus, responsável por garantir um mínimo comum de conhecimentos e habilidades necessárias a todo brasileiro.

Há necessidade, portanto, de reformulação na prática dos futuros docentes, para melhor integrá-los às diversas dimensões da formação docente, e de uma estruturação mais sólida de apoio e de acompanhamento, contribuindo mais eficazmente para o aprimoramento do futuro profissional do magistério.

A qualidade do Ensino de 1º e 2º graus das escolas públicas depende em grande parte da qualificação de seus professores.

Por outro lado, o Colégio de Aplicação é também uma escola pública, porém com condições e características diferentes. Os

privilégios de que dispõe o colocam em situação distinta das demais do gênero, razão porque deverá estar mais aberto à divulgação e troca de experiências, possibilitando às outras escolas da comunidade os benefícios a que têm direito.

Quanto mais conhecimentos tiver o professor sobre o aluno, melhor e mais adequados poderão ser os objetivos e, conseqüentemente, sua operacionalização; razão porque não se pode admitir que as classes do Ensino de 1º e 2º graus sejam organizadas com mais de trinta alunos.

No entretanto, no decorrer das investigações, constatou-se que a média de alunos, nas turmas do Ensino de 1º grau é de trinta e três (33) e no 2º grau é de cinquenta e cinco (55) alunos. Isto não só dificulta como até impede a realização de um trabalho científico. Como experimentar e inovar sem condições até de conhecer e identificar as diferenças individuais?

Quanto aos objetivos do ensino nos Colégios de Aplicação, verificou-se, dentre outros, que 72% visam à prática de ensino e ao estágio supervisionado e 69,2% à experimentação e à inovação pedagógicas.

Constatou-se, também, que 25,6% dos Colégios em análise objetivam a preparação do aluno para o vestibular, 13%, a formação geral do adolescente, e 10,2% se voltam para a educação dos filhos de professores e funcionários das respectivas IES.

Desta forma, nem todos os Colégios de Aplicação atendem apenas à comunidade universitária a que pertencem; aspecto positivo no sentido de, sendo uma escola pública, oportunizar também a educação dos habitantes da comunidade em que está inserida.

Uma outra crítica ao Colégio de Aplicação refere-se à seleção dos alunos como condição para matrícula.

Em se tratando de uma escola pública, o critério adotado, de certa forma, caracteriza discriminação, o que não se admite, especialmente na faixa da obrigatoriedade escolar. Sendo a educação básica direito de todos os cidadãos e de plena responsabilidade de todos os segmentos da sociedade brasileira, não pode o Colégio de Aplicação deixar de participar da universalização da educação.

Uma educação básica eficiente tem como pré-requisito bons docentes e especialistas qualificados.

Portanto, o serviço de supervisão escolar deve ser encarado como um processo cujo principal objetivo é promover a melhoria do sistema de ensino-aprendizagem.

O serviço de supervisão escolar numa atuação integrada com o serviço de orientação educacional muito terão a colaborar com a eficiência do processo de aprendizagem; pois, enquanto a supervisão escolar atua junto ao professor, a orientação educacional assistirá o aluno, oferecendo-lhe oportunidade de desenvolver-se de acordo com as fases de desenvolvimento em que se encontra.

Logo, qualquer escola de 1º e 2º graus e, em especial, um Colégio de Aplicação, não pode prescindir do trabalho destes especialistas.

Os serviços de supervisão escolar e orientação educacional têm funções estreitamente relacionadas à produtividade do aluno.

É preciso que estes serviços não atuem somente como órgão

de assessoria pedagógica junto à direção, mas também como campo de experimentação e prática de estágios para os alunos das respectivas habilitações.

O estágio supervisionado tem papel decisivo na integração com o Ensino de 1º e 2º graus.

Neste sentido, torna-se relevante analisar o sistema de avaliação da aprendizagem, em vigor no Ensino de 1º grau dos Colégios de Aplicação pesquisados. Trinta e um (31) Colégios (79,4%) adotam o sistema de aprovação x reprovação, seis (6) o sistema de promoção automática (15,3%), e um (1) o sistema de avanço progressivo (2,5%). Porém no Ensino de 2º grau, trinta e três (33) Colégios (84,6%) adotam o sistema de aprovação x reprovação, um (1), (2,5%), o sistema de promoção automática, e dois (2), (5,0%), abstiveram-se de responder ao item.

Com base nos dados mencionados, conclui-se que ainda é o sistema de aprovação x reprovação o mais utilizado também no Colégio de Aplicação.

Entretanto, em se tratando deste tipo de escola, não se admite que não se implante um sistema de avaliação que valorize mais a análise qualitativa do desempenho do aluno e da escola.

O tempo em que a aprendizagem deve acontecer é a chave para que o aluno atinja o domínio desejado. Assim sendo, todo aluno tem capacidades a serem desenvolvidas, o que só acontecerá no momento em que se respeitem suas possibilidades e limitações, uma vez que cada um é um e, conseqüentemente, aprenderá de maneira diferente.

A avaliação exige um planejamento, para que, quando o objetivo não seja alcançado, possamos tentar o caminho do êxito, reformulando a trajetória do processo.

Neste sentido, deve funcionar a recuperação de estudos como uma oportunidade de reconquista do sucesso no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, a recuperação de estudos pode ser preventiva e terapêutica.

De acordo com os dados trabalhados, conclui-se que a recuperação de estudos, como um processo de atendimento ao aluno, deve acontecer no momento em que se caracteriza a defasagem e acontece em 76,9% dos Colégios de Aplicação da pesquisa, ficando os demais à mercê da recuperação terapêutica, ou seja, após a queima de algumas etapas no desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, o sistema de avaliação em vigor e o processo de recuperação de estudos são mais dois indicadores da necessidade de se rever o desempenho pedagógico do Colégio de Aplicação.

É preciso, pois, que o Colégio de Aplicação comece a pensar em atingir simultaneamente os grandes e nobres objetivos de servir como campo de observação e de estágio para licenciandos e especialistas em assuntos educacionais. É interessante que o Colégio se constitua para a Universidade em campo de pesquisa, em laboratório de experiência e de demonstração para suas diversas unidades, bem como para a comunidade.

Os dados e informações colhidos vêm confirmar, de maneira científica, o que se evidencia de forma empírica e que tem sido assunto bastante discutido nos encontros sobre Colégios de Aplicação.

Concluindo, pode-se afirmar que a desvinculação entre o Colégio e a realidade é fato constatado a partir do momento em que atende a uma clientela previamente selecionada, provenien-

te das IES a que pertencem. Outros Colégios ainda discriminam mais, sendo neles condição para ingresso e matrícula de alunos o teste de escolaridade, como critério de seleção para o preenchimento das vagas previstas.

O relacionamento e a integração entre o Colégio e o Centro ou Faculdade de Educação constitui-se num fato também muito discutido atualmente nos encontros realizados, onde se deixam claras a necessidade e a importância de um trabalho conjunto.

Talvez esta integração pudesse ser facilitada pela constituição e pelo funcionamento de um órgão de Coordenação de Ensino de 1ª e 2ª graus, junto à Pró-Reitoria de Ensino.

Este órgão impulsionaria o relacionamento do Colégio de Aplicação com o Centro de Educação e sua integração na estrutura da Universidade.

Atualmente, dá-se muita ênfase à ministração das aulas convencionais, sem que se considere a importância da pesquisa e experimentação pedagógicas, de onde o saber fluiria naturalmente.

O funcionamento do Colégio de Aplicação como campo de estágio identifica-o com os demais estabelecimentos de Ensino de 1ª e 2ª graus, pertencentes às diversas redes de ensino, onde os estágios e as práticas de ensino acontecem razoavelmente.

Os Colégios de Aplicação em análise realmente não atendem à finalidade para a qual foram criados. Esta afirmativa é decorrente do fato destes Colégios não desenvolverem um ensino baseado na experimentação. Conseqüentemente, não inovam nem renovam. Neste sentido, não estendem os resultados das suas rea-

lizações ao Sistema de Ensino, deixando de colaborar na melhoria do nível, o que neste momento, seria bastante relevante.

É preciso que se resgate em todo o Brasil, a importância do Colégio de Aplicação como laboratório de ensino, onde o processo formativo do aluno e do professor sejam planejados, experimentados e avaliados continuamente. Aí, seriam, então, propiciadas a observação, a pesquisa e a prática de ensino para alunos, professores e especialistas da área educacional.

Este alerta se dirige também ao Colégio de Aplicação da UFSC, que, como todos os demais, mantém apenas um relacionamento administrativo e formal com o Centro de Ciências da Educação.

11. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABREU, Jaime. Produtividade dos sistemas de ensino em geral e no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 5 (120):274-79, out./dez. 1970.
- ANDRADE, Narcisa Veloso. Administração em Educação, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- AZANHA, José Mário P. Experimentação Educacional, uma contribuição para sua Análise. São Paulo, EDART, 1975.
- BARROS, Zilma Gomes Parente de. Redefinição conceitual dos Colégios de Aplicação. Salvador, UFBA, 1975. /Dissertação de Mestrado/
- BRASIL, Leis, Decretos, etc. Decreto-Lei nº 9.053 de 12 de março de 1946. Cria um ginásio de aplicação nas faculdades de filosofia do País. Lex. Legislação Federal, 1942. 1ª Seção, p. 179.

_____ Leis, Decretos. Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 47 (106):177-340, abr/jun. 1967.

_____ Leis, Decretos. Decreto-lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966 que dispõe sobre a reestruturação das universidades federais e dá outras providências. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro 47 (106):17-34 jun. 1967.

_____ Lei nº 5.540 de 28/11/1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. LEX. São Paulo, 32 (1):433-40 out/nov. 1968.

_____ Leis, Decretos. Decreto nº 85.487 de 11 de dezembro de 1980. Florianópolis, UFSC, s.d. Dispõe sobre a carreira do magistério nas instituições federais autárquicas e dá outras providências.

_____ Leis, Decretos. Decreto nº 85.712, de 16 de 02 de 1981. Dispõe sobre a carreira do Magistério de 1º e 2º Graus do serviço público da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências. LEX. São Paulo, 45 (45):58-62, jan/mar. 1981.

_____ Leis, Decretos. Decreto-Lei 1.858, de 16 de fevereiro de 1981. Reestrutura a carreira do Magistério de 1º e 2º Graus do serviço público civil da União e das Autarquias Fe-

derais, e dá outras providências. LEX. São Paulo, 45 (45):49-50, jan/mar. 1981.

_____ Portaria 330, de 4 de maio de 1981. Expede normas para orientar a aplicação do Decreto nº 85.712, de 16 de fevereiro de 1981, que dispõe sobre a carreira do magistério de 1º a 2º graus. Diário Oficial, Brasília, 7 de maio, 1981.

BRASIL, MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Comissão Nacional para a Re-formulação da Educação Superior. Uma nova política para a Educação Brasileira. Relatório Final. Brasília, 1985.

_____ MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina. Diário Oficial, Brasília, 17 de jul. 1979.

_____ MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. Coordenadoria de Legislação e Normas de Ensino. Portaria nº 087. Brasília, 1981.

_____ Secretaria de Educação Superior. Integração Universidade-Ensino de 1º e 2º graus. Boletim Informativo, Brasília, 4 (8) set. 85.

_____ Secretaria de Educação Superior. Catálogo das Instituições de Ensino Superior. Brasília, 1983.

_____ Integração das universidades com o ensino de 1º e 2º graus. São Luiz, 1980 /Relatório da reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; conclusões dos grupos regionais de trabalho/.

CAMPOS, Ernesto de Souza. Colégio de Aplicação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, 28 (67):223-40,

jul/set. 1957.

- CARROL, J.B. SPEARITIT, D.A. study of model of school learning. In: BLOCK, J.H. Mastery Learning. New York, Holt. Reinehavit, Winston Inc. 1971, p. 108-9.
- CASTRO, Amélia Domingos. Primeiros passos do Colégio de Aplicação. Revista de Pedagogia. São Paulo, 4 (7):25-8, 1958.
- CHAGAS, Valmir. Funções da universidade na implantação do ensino de 1º e 2º graus. Documenta, 12 (155):46-58, out. 1973.
- CLAPARÊDE, E. Um instituto das ciências da educação e as necessidades as quais responde. Revista de Pedagogia. São Paulo 4 (7):29-63, jan/jun. 1958.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1977.
- CUNHA, Nádia Franco. Institutos Centrais e o Colégio Universitário da L.D.B. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 49 (109):65-71, jan/mar. 1968.
- CURY, C. Roberto J. Categorias possíveis para uma aproximação do fenômeno educativo. Revista Educação e Sociedade. São Paulo, 1(2):121-7, jan. 1979.
- FACCINA, Carlos Roberto. Metodologia científica: o problema da análise social. São Paulo, Pioneira, 1984.
- FACCINA, Carlos Roberto & PELUSO, Luiz A. O problema da análise social. São Paulo, Pioneira, 1984.
- FACULDADE DE EDUCAÇÃO da Universidade de UFG. Ante-projeto de reestruturação do Colégio de Aplicação. Goiânia, 1978.

- FELDENS, Maria das Graças Furtado. A Pós-Graduação e o ensino de 1º e 2º graus: que contribuições podem ser oferecidas? Educação e Realidade. Porto Alegre, 5 (3):277-302, set/dez. 1980.
- FERNANDES, J. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- FRANCO, Maria Estela Dal Pai. A estrutura universitária e o ensino de 1º e 2º graus. Educação e Realidade, Brasília, 2 (5):303-17 (2º semestre) 1980.
- FURTER, Pierre. O Colégio Universitário - um problema universal uma solução brasileira. Boletim Informativo da UBA. Salvador, 11 (110-11):40-53, jan/fev. 1963.
- GADOTTI, Moacir. A Faculdade de Educação e a integração universitária. Cadernos CEDES. São Paulo, 1 (2):71-78, 1981.
- GAGNÉ, R.M. Como se realiza a aprendizagem. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971.
- GARCIA, Walter Esteves. Educação Brasileira Contemporânea; Organização e Funcionamento. São Paulo, Mc Graw-Hill, 1976.
- GARCIA, Walter Esteves. Legislação e Inovação Educacional a partir de 1930, in: Inovação Educacional no Brasil - Problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez, Autores associados, 1980.
- GOODE, William Josiah & HATT, Paul. Métodos em Pesquisa social. 4.ed. São Paulo, Nacional, 1972.
- GORDO, Nívia. Escola de Aplicação da Faculdade de Educação. In: Relatório de Atividades da USP. São Paulo, 1981.

- GRILLO, M. Dimensão social do ensino: interação na sala de aula. In: SANT'ANNA, F. M. et alii. Ensino - dimensões básicas. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1979.
- LANDSHEERE, G. de. A formação dos docentes de amanhã. Lisboa, Moraes Editores, 1973.
- LIGHT JUNIOR, Donald W. A carreira acadêmica. Diálogo. Rio de Janeiro, 6 (3):15-21, 1973. Secção Especial
- LIMA, Lauro de Oliveira. Por que só a Escola não evolui? Rev. Bras. de Est. Ped. Rio de Janeiro, 33 (78):158-164, abr/jun. 1960.
- MATTOS, Luiz Alves de. Plano de Classes Experimentais do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, 1958. Mimeo.
- MAGER, Robert. Preparing Instrutlional objectives. Califórnia, Fearum Publishiers, 1962.
- MARTINS, Filho A. A Universidade no Brasil. Fortaleza, UFC, 1973.
- MIALARET, G. La formación del docente. Buenos Aires, Editorial Hemul, 1978.
- MORAES, V.R.F. O estágio na Formação do Professor e o papel dos Colégios de Aplicação. Educação e Realidade. Porto Alegre, 7(1):61-70, jan./abr. 1982.
- _____ Colégio de Aplicação. Perspectivas Educacionais. Educação e Realidade. Porto Alegre, 6(1):103-7, jan./abr. 1983.
- PAULINO, T. Colégios de Aplicação: crise de identidade. Revista Didata. São Paulo, (8):48, 1978.

- PARRA, Nélío. Ensino individualizado. Programas e materiais. São Paulo, Saraiva, 1978.
- PENTEADO JUNIOR, Onofre Arruda. Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 31 (73):85-98, jan/mar. 1959.
- PILLA, Luiz. Universidade: conjuntura e perspectiva. Rio de Janeiro, Abela, 1966.
- PIFFER, J. Edward. Uma visão nova da educação: Análise de sistemas em nossas Escolas e Faculdades. São Paulo, Nacional, EDUSP, 1961.
- REALE, Miguel. Realidade e perspectiva da universidade brasileira. Rev. Educ. Brasília, (9):107-12, 1973.
- REZENDE, Antônio Muniz et alii. A Administração Universitária como Ato Pedagógico. Educação Brasileira, 1 (2):15-58 mai/ago. 1978.
- RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1980.
- RUMEL, Francis J. Introdução ao processo de pesquisa em educação. Porto Alegre, Globo, 1972.
- SANTOS, Jesuino. Os Colégios de Aplicação e sua problemática. A Tarde. Salvador, 11 fev. 1965.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. Questionando a Universidade que temos; Subsídios para a revisão da Estrutura da UFSC. Florianópolis, UFSC, 1986.
- SAVIANI, Demerval. A Universidade e a problemática da educação e cultura. Educação Brasileira, (3):35-38, mai/ago. 1979.

- SELLTIZ, et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, EPU, 1971.
- SILVA, Eurides Brito da & ROCHA, Anna Bernardes da Silveira. A Escola de 1º Grau. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bloch Editores. 1974.
- SILVA, Virgínia Maria de Figueiredo. Análise do processo administrativo escolar: um estudo de opinião junto a professores de 1º grau. Porto Alegre, UFRGS, 1981. /Dissertação de Mestrado/.
- RIVERA, Simone Fronam. O curso de formação de Professores na Faculdade Nacional de Filosofia. Salvador, s.ed., 1953.
- SOUZA, Terezia M. Atividades do corpo docente universitário: estudo de caso na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, UFF, 1977. /Dissertação de Mestrado/.
- SUCUPIRA, Newton. A universidade e a reforma do ensino de 1º e 2º graus. Documenta, 12 (155):23-24, jan/mar. 1973.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Portaria nº 034/73/GR. Aprova o funcionamento do ensino de 2º grau no Colégio de Aplicação da UFSC. mar/73.
- _____ Portaria nº 0234/73/GR. Vincula o Colégio de Aplicação diretamente ao Diretor do Centro de Educação da UFSC. 1973.
- _____ Centro de Ciências da Educação. Relatório do 1º Encontro Nacional de Professores de Colégios de Aplicação. Florianópolis, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Faculdade de Educação. Relatório do IV Encontro Nacional de Escolas de Aplicação. O Colégio de Aplicação João XXIII. Juiz de Fora, MG, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Educação. Relatório do III Encontro Nacional de Colégios de Aplicação. Porto Alegre, 1979.

VAHL, Teodoro Rogério. A privatização do ensino superior no Brasil: causas e conseqüências. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1980.

WARDE, Miriam Jorge. O Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo. In: GARCIA, W. Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas. São Paulo, Cortez & Moraes, s.d.

12. A N E X O S

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO

Ofício S/N

Florianópolis, 8 de novembro de 1983.

Da: Profª Guiomar Osório de Sena

Para:

Como professora da Universidade Federal de Santa Catarina e cursando pós-graduação em Administração Universitária na mesma entidade, escolhi como tema de minha dissertação: "Os Colégios de Aplicação no contexto das Universidades Brasileiras". Para tanto, necessito da colaboração de Vossa Magnificência, no sentido de facilitar algumas informações relativas a sua universidade e indispensáveis à elaboração de meu trabalho de pesquisa.

Assim, solicito a fineza de determinar o preenchimento e a devolução do pequeno questionário que segue em anexo.

Comprometo-me a enviar a Vossa Magnificência um exemplar de meu trabalho, após sua conclusão.

Agradecendo sua compreensão, colho o ensejo para apresentarlhe meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Profª Guiomar Osório de Sena

Profª Guiomar Osório de Sena
Depto Estudos Especializados em Educação
Centro de Ciências da Educação
UFSC - Campus Universitário - Trindade
Florianópolis - Santa Catarina
CEP. 88.000

ROTEIRO DE INFORMAÇÕES

1. Nome da instituição:

Ano de criação: Portaria nº:

Localização: Estado:

2. Possui curso na área da Educação?

Sim () Não ()

3. Possui Colégio de Aplicação?

Sim () Não ()

4. Em caso negativo, assinale algumas das razões de sua ausência na estrutura dessa Universidade:

- () Por não ter um funcionamento curso na área da educação
- () Não dispõe de espaço físico necessário
- () Falta de condições financeiras
- () Por não considerar imprescindível à sua ação didático-pedagógica
- () Por dispor de outras escolas da comunidade como campo de estágio
- () Por considerar o Colégio de Aplicação desvinculado da realidade educacional
- () Outras. Quais?
 1. _____
 2. _____
 3. _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO

Ofício S/N Florianópolis, de dezembro de 1984.

Da: Profª Guiomar Osório de Sena

Ao: Excelentíssimo Senhor

Como professora da Universidade Federal de Santa Catarina e cursando pós-graduação em Administração Universitária na mesma entidade, escolhi como tema da minha dissertação: "Os Colégios de Aplicação no contexto das Universidades Brasileiras". Para tanto, necessito da colaboração de Vossa Excelência, no sentido de facilitar algumas informações relativas a sua universidade e indispensáveis à elaboração de meu trabalho de pesquisa.

Assim, solicito a fineza de determinar o preenchimento e a devolução do pequeno questionário, que segue em anexo, juntando a este um exemplar do Regimento, o organograma e o Currículo do Colégio.

Comprometo-me a enviar a Vossa Excelência um exemplar de meu trabalho, após sua conclusão.

Agradecendo sua compreensão, colho o ensejo para apresentarlhe meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Profª Guiomar Osório de Sena

Profª Guiomar Osório de Sena
Departamento de Estudos Especializados em Educação
Centro de Ciências da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - CEP: 88.000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Florianópolis, de

de 198

Da: Profª Guiomar Osório de Sena
Ao: Excelentíssimo Senhor

É com satisfação que informo a Vossa Excelência que recebi o roteiro com a informação solicitada, razão porque apresento meus agradecimentos.

Entretanto, é imprescindível ao andamento lógico da minha dissertação (O Colégio de Aplicação no contexto das Universidades Brasileiras), conhecer o Regimento, Organograma e o currículo do seu Colégio de Aplicação.

Desta forma, apelo mais uma vez para a compreensão e colaboração prestimosa de Vossa Excelência no sentido de remeter o solicitado.

Comprometendo-me em informar-lhe sobre as conclusões do trabalho, caso manifeste vontade de conhecer, aproveito o ensejo para apresentar-lhe protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Profª Guiomar Osório de Sena

Profª Guiomar Osório de Sena
Depto de Estudos Especializados em Educação
Centro de Ciências da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
CEP 88.000 - Trindade - Fpolis - SC

Prezado(a) Diretor(a)

A pesquisa que ora desenvolvemos se constitui no requisito para a conclusão do Curso de Pós-Graduação em Administração Universitária, na Universidade Federal de Santa Catarina.

A dissertação terá por título: "O Colégio de Aplicação no contexto das Universidade Brasileiras", e uma vez concluída, terá seus resultados remetidos a todas as instituições que se manifestarem interessadas.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração para responder a este questionário, anexando ao mesmo as normas legais em vigor, para que possamos realizar o trabalho a que nos propomos.

Outrossim informamos, que todos os dados enviados deverão se referir ao período 1980-1984.

Na certeza de contarmos com sua valiosa contribuição, atentamente agradecemos.

Guiomar Osório de Sena

Mestranda

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1 - Nome do estabelecimento de ensino: _____

2 - Dependência administrativa: _____

3 - Data de criação do Colégio de Aplicação: _____

4 - Data do início do funcionamento: _____

5 - Indique os cursos que o Colégio oferece atualmente:

1º grau completo

1º grau parcial:

Indique as séries _____

2º grau completo:

Especifique as habilitações: _____

2º grau parcial:

Indique as séries: _____

Especifique as habilitações: _____

6 - Qual o número de alunos matriculados no Colégio de Aplicação, no ano em curso?

6.1 - 1ª grau _____

6.2 - 2ª grau _____

7 - De quantos alunos, em média, são constituídas as turmas?

7.1 - 1ª grau _____

7.2 - 2ª grau _____

8. Como foram implantadas as séries?

() progressivamente

() integralmente

8.1 - No caso de implantação progressiva, preencha o quadro abaixo, desde a criação do Colégio de Aplicação.

ANO	SÉRIE	Nº DE ALUNOS

9 - Qual o número de professores no corpo docente do C.A. Colégio de Aplicação?

9.1 - Especifique o número de professores por vínculo empregatício

() Contrato C.L.T. ()

() Estatutário ()

() Horista ()

() Outro. Especifique: _____

10 - O Colégio tem regimento aprovado?

Sim () Não ()

10.1 - Em caso afirmativo quem o aprovou?

10.2 - Em caso negativo que documentos legais (normas gerais) regem a instituição (anexar o que for possível)

Assinale a alternativa mais adequada às características da Instituição

11 - O recrutamento e seleção dos professores dá-se mediante

- () concurso público de provas e títulos
- () indicação do melhor aluno pelo professor de prática de Ensino
- () Outro. Especifique: _____

12 - Os critérios para a escolha do Diretor são:

- () indicação do Diretor do Centro ou Faculdade de Educação
- () indicação do Reitor
- () eleição direta com a participação de professores e funcionários do C.A.
- () Outro. Especifique: _____

13 - Há vinculação entre os professores das diversas áreas de estudo e disciplinas do C.A. com as respectivas práticas de ensino?

Sim () Não ()

13.1 - Em caso positivo, trata-se de uma subordinação:

() administrativa

() pedagógica

() outros. Especifique: _____

13.2 - Em caso negativo, especifique as razões:

() prejudica o andamento normal das aulas

() por não existir subordinação pedagógica do C.A.
ao CED

() outros. Especifique: _____

14 - Qual o sistema de avaliação adotado no Ensino de:

() aprovação x reprovação

() avanço progressivo

() promoção automática 1º grau

() outros. Especifique: _____

() aprovação x reprovação

() promoção automática 2º grau

() outros. Especifique: _____

Assinale as alternativas mais adequadas à situação
--

15 - Quais são os objetivos do Colégio de Aplicação, segundo o Regimento Escolar em vigor?

- () a experimentação e inovação pedagógicas
 () a educação dos filhos dos professores e funcionários das IES
 () a prática de ensino e estágio supervisionados
 () preparação do aluno para o vestibular
 () outro. Especifique: _____
-
-

16 - A Direção do Colégio de Aplicação é constituída do:

- () Diretor
 () Vice-Diretor
 () Assistente de Direção
 () outro. Especifique: _____
-
-

17 - A Direção no desempenho de suas funções faz-se assessorar pelo serviço de Supervisão Escolar e/ou Orientação Educacional?

Sim () Não ()

17.1 - Em caso afirmativo, este assessoramento acontece com

- () a elaboração do planejamento curricular visando soluções alternativas para melhores decisões pedagógicas
 () o planejamento e operacionalização da recuperação dos estudos face às diferenças individuais
 () o desenvolvimento de pesquisa e estudos que possibilitem uma melhor avaliação do desempenho do aluno
 () a adequação do currículo às exigências sócio-econômicas e culturais da sociedade
 () outros. Especifique: _____
-
-

18 - Além da Supervisão Escolar e Orientação Educacional, o Diretor é assessorado pela Coordenadoria de:

- Avaliação e Conselho de Classe
 - Recuperação
 - Integração e Controle de Programas e Projetos
 - Atividade Extra-Classe e de Educação Física
 - Outro. Especifique: _____
-
-

19 - No Colégio de Aplicação funcionam os Estágios Supervisionados de:

- Administração Escolar
 - Supervisão Escolar
 - Magistério
 - Orientação Educacional
 - Outro. Especifique: _____
-
-

20 - Há participação do Centro ou Faculdade de Educação no planejamento das atividades do Colégio?

Sim () Não ()

20.1 - Em caso afirmativo, como se processa essa participação?

- com o envolvimento do Professor de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado
 - com a orientação dos professores dos Departamentos do Centro ou Faculdade de Educação
 - na definição das prioridades do Colégio de Aplicação
 - outro. Especifique: _____
-
-

21 - Foram realizadas experiências pedagógicas no Colégio de Aplicação, no período de 1980/1984?

Sim () Não ()

21.1 - Em caso afirmativo, assinale as experiências realizadas nos últimos cinco anos.

- () método de alfabetização
 - () técnico de avaliação
 - () prática de monitoria
 - () atividades de enriquecimento curricular
 - () outro. Especifique: _____
-
-

21.2 - Em caso negativo, especifique as razões:

- () excessiva carga de horas-aula
 - () número elevado de professores em regime de tempo parcial
 - () falta de recurso material e financeiro
 - () dificuldade de orientação no decorrer da pesquisa
 - () outra. Especifique: _____
-
-

Se o item nº 21 for negativo não é necessário responder os itens 22, 23, 24 e 25.

22 - A experimentação pedagógica tem sido planejada como pesquisa aplicada?

- () exclusivamente
- () muitas vezes
- () poucas vezes
- () nunca

- 23 - De quem é a responsabilidade de experiência pedagógica?
- professor da Universidade ligado ao Centro de Educação (CED)
 - professor da Universidade não ligado ao CED
 - professor do Colégio de Aplicação
 - Especifique: _____
-
-

- 24 - A realização de experiência pedagógica tem influenciado no desenvolvimento regular das atividades de ensino?

Sim () Não ()

- 24.1 - Em caso afirmativo, a influência provoca

- melhoria da qualidade de ensino
 - mudança na prática do professor
 - aperfeiçoamento dos métodos didáticos utilizados
 - desarticulação do funcionamento pedagógico do Colégio
 - outro. Especifique: _____
-
-

- 25 - As experiências realizadas no C.A. se estendem a outras escolas da comunidade?

Sim () Não ()

- 25.1 - Em caso afirmativo, esta difusão tem se processado através de:

- cursos de treinamento
 - encontros para apresentação e debates
 - relatórios escritos
 - revistas
 - outros. Especifique: _____
-
-

26 - Em caso negativo, especifique quais são as razões:

- falta de tempo
 - falta de recurso financeiro
 - difícil relacionamento dos professores do CED com os professores do C.A.
 - falta de apoio do CED ou FE ao C.A. na divulgação das realizações do C.A.
 - outro. Especifique: _____
-
-

27 - O processo de recuperação de estudos acontece:

- paralelo ao processo ensino x aprendizagem
 - paralelo ao processo e ao final de cada bimestre
 - ao final de cada bimestre
 - ao final de cada semestre
 - ao final do ano letivo
 - outro. Especifique: _____
-
-

Comentários adicionais que julgar importantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FLORIANÓPOLIS, de outubro de 1985.

Da: Profª Guiomar Osório de Sena

Ao: Prezado Colega

Tendo em vista a realização do I Encontro Nacional de Professores do Colégio de Aplicação das IES Brasileiras, a realizar-se no período de 09 a 11 do corrente, no Colégio de Aplicação desta Universidade e considerando o meu interesse em contatos com colegas que atuam nesta área, em função da pesquisa que estou desenvolvendo como dissertação de mestrado, reitero-lhe o convite que lhe foi formulado pela Comissão Organizadora, para estar conosco durante o referido encontro.

Por outro lado, caso seja absolutamente impossível contar com sua participação e contribuições pessoais, solicito a fineza de preencher e devolver o questionário que segue em anexo, até o dia 20 do corrente, o que representa expressiva colaboração para o desenvolvimento de meu trabalho.

Na expectativa de encontrá-lo pessoalmente aqui em Florianópolis nos próximos dias, colho o ensejo para reiterar-lhe minhas

Cordiais Saudações

Profª GUIOMAR OSÓRIO DE SENA

Rem. Profª Guiomar Osório de Sena
Departamento de Estudos Especializados em Educação
Centro de Ciências da Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
CEP: 88.000 - Trindade - Florianópolis - SC.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ofício nº 036/PRE/86

Florianópolis, 18 de abril de 1986.

Do: Pró-Reitor de Ensino

A :

Senhor(a) Diretor(a)

Encontra-se em desenvolvimento nesta Universidade uma pesquisa sobre "Objetivos, Estrutura e Funcionamento dos Colégios de Aplicação", realizada por docente do Centro de Educação desta Universidade que frequenta o Curso de Mestrado em Administração Universitária.

Considerando a importância do trabalho para uma análise da real situação dos Colégios de Aplicação em todo o país, solicito a V. Sª a fineza de preencher e devolver o questionário que segue em anexo, com a possível brevidade.

Tendo em vista a limitação do prazo para a conclusão do referido trabalho, informo que só poderão ser consideradas as respostas recebidas até o dia 15 de maio próximo.

Agradecendo as atenções que dispensar à presente solicitação e a contribuição para o estudo de tão importante tema, colho o ensejo para apresentar-lhe meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Prof. Bruno R. Schlemper Júnior
Pró-Reitor de Ensino

GA
0432256+
0513.1618

432256FUEL BR
482240UFSC BR

TLX NR 0652/UFSC/86 FPOLIS, 13/05/86

FUNDAÇAOH UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

SOLICITO FINEZA RESPOSTA OFICIO-CIRCULAR NR 036/PRE/86, 18/04/86,
RELATIVO FUNCIONAMENTO COLEGIO DE APLICAOH NESSA UNIVERSIDADE.
SDS., PROF. BRUNO RODOLFO SCHLEMPER JUNIOR/PRO-REITOR DE ENSINO/UFSC

✠
432256FUEL BR
482240UFSC BR

GA
02131637+
0513.1622

2131637UCPT BR
482240UFSC BR

TLX NR 0653/UFSC/86 FPOLIS, 13/05/86

UNIVERSIDADE CATOLICA DE PETROPOLIS

SOLICITO FINEZA RESPOSTA OFICIO-CIRCULAR NR 036/PRE/86, 18/04/86,
RELATIVO FUNCIONAMENTO COLEGIO DE APLICAOH NESSA UNIVERSIDADE.
SDS., PROF. BRUNO RODOLFO SCHLEMPER JUNIOR/PRO-REITOR DE ENSINO/UFSC

✠
2131637UCPT BR
482240UFSC BR

GA
0313677+
0513.1627

1
313677UITA BR
482240UFSC BR

TLX NR 0654/UFSC/86 FPOLIS, 13/05/86

FUNDAÇAOH DE ENSINO SUPERIOR DE ITAUNA

SOLICITO FINEZA RESPOSTA OFICIO-CIRCULAR NR 036/PRE/86, 18/04/86,
RELATIVO FUNCIONAMENTO COLEGIO DE APLICAOH NESSA UNIVERSIDADE.
SDS., PROF. BRUNO RODOLFO SCHLEMPER JUNIOR/PRO-REITOR DE ENSINO/UFSC

✠
313677UITA BR
482240UFSC BR

GA
 0312308+
 0513.1613
 1
 312308UFMG BR
 482240UFSC BR

TLX NR 0650/UFSC/86 FPOLIS, 13/05/86

FACULDADE DE EDUCACAOH DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

SOLICITO FINEZA RESPOSTA OFICIO-CIRCULAR NR 036/PRE/86, 18/04/86,
 RELATIVO FUNCIONAMENTO COLEGIO DE APLICACAOH NESSA UNIVERSIDADE.
 SDS., PROF. BRUNO RODOLFO SCHLEMPER JUNIOR/PRO-REITOR DE ENSINO/UFSC

✠
 312308UFMG BR
 482240UFSC BR

✠
 191806PUCC BR
 482240UFSC BR

TLX NR 0651/UFSC/86 FPOLIS, 13/05/86

PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE CAMPINAS

SOLICITO FINEZA RESPOSTA OFICIO-CIRCULAR NR 036/PRE/86, 18/04/86,
 RELATIVO FUNCIONAMENTO COLEGIO DE APLICACAOH NESSA UNIVERSIDADE.
 SDS., PROF. BRUNO RODOLFO SCHLEMPER JUNIOR/PRO-REITOR DE ENSINO/UFSC

✠
 191806PUCC BR
 482240UFSC BR

I L U S T R A Ç Õ E S

ILUSTRAÇÃO I

Data de funcionamento dos Colégios de Aplicação nas IES Brasileiras por dependência administrativa, 1985.

Data de funcionamento	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Anterior a 1946	-	-	-	-	-	-	1	4,55	1	2,56
De 1946 a 1950	1	9,09	0	-	-	-	-	-	1	2,56
De 1951 a 1961	4	36,36	2	40	-	-	2	9,09	8	20,51
De 1961 a 1971	4	36,36	2	40	-	-	4	18,18	10	25,64
Posterior a 1971	2	18,18	1	20	1	100	15	68,18	19	48,71
Total	11	100%	5	100%	1	100%	22	100%	39	100%

ILUSTRAÇÃO II

Cursos oferecidos pelos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Cursos	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pré-Escolar	2	18,18	1	20	-	-	4	18,18	7	17,94
1º Grau parcial	2	18,18	1	20	-	-	3	13,63	6	15,38
1º Grau completo	7	63,64	3	60	-	-	14	63,63	24	61,53
2º Grau parcial	-	-	-	-	-	-	2	9,09	2	5,12
2º Grau completo	10	90,9	5	100	1	100	19	86,36	35	89,74
Em Branco	1	9,09	-	-	-	-	-	-	1	2,56

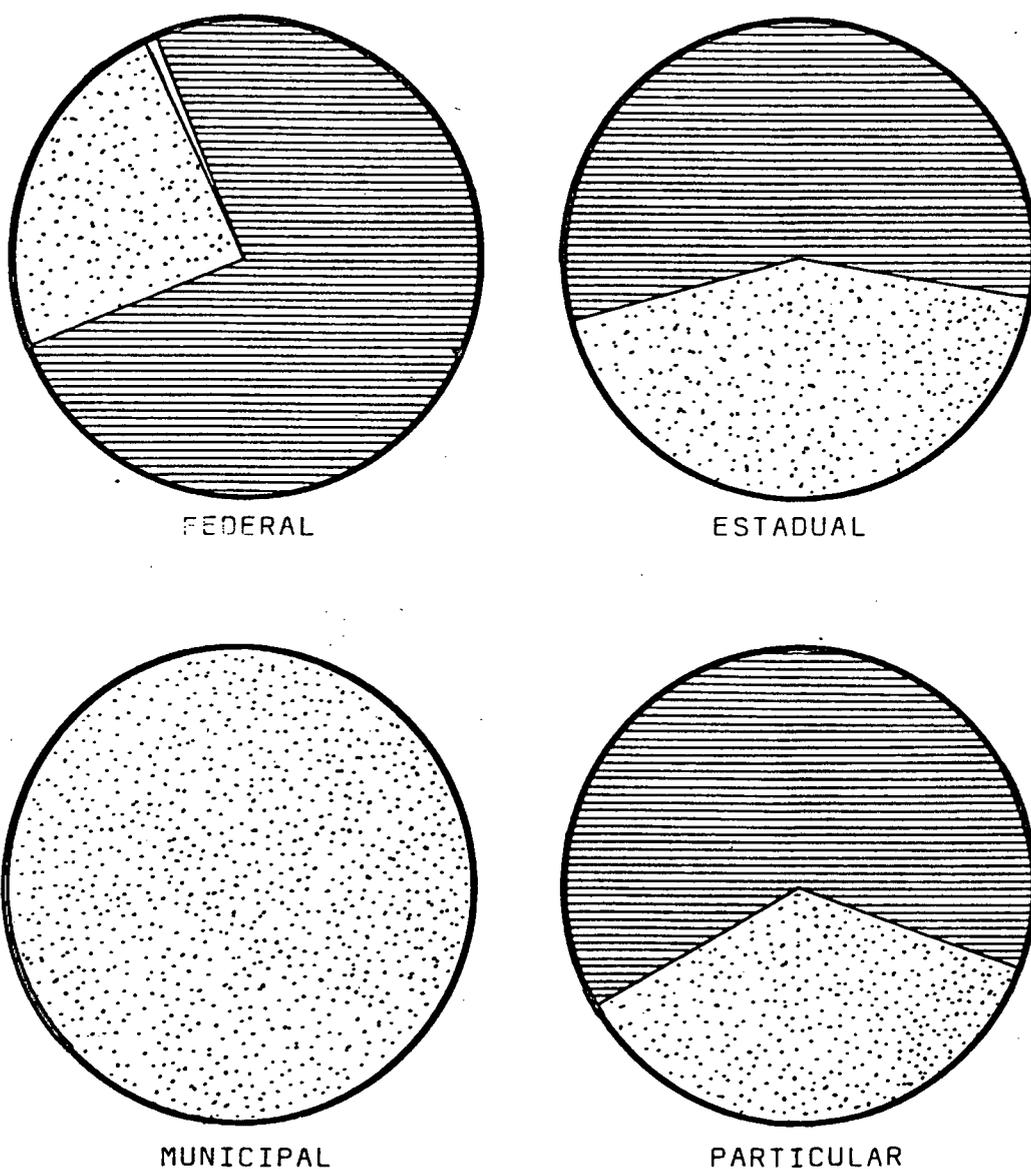
ILUSTRAÇÃO III

Caracterização do Ensino de 2º grau dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Ensino de 2º grau Habilitação por área	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
Eletrônica			2				2		4	5,12
Administração	1		1						2	2,56
Magistério	1		1				12		14	17,94
Comunicação visual			1						1	1,28
Assistente de Administração Eletrônica			1						1	1,28
Processamento de dados			1				2		3	3,84
Edificação			1						1	1,28
Construção civil	1								1	1,28
Desenhista de Arquitetura			1						1	1,28
Mecânica							3		3	3,84
Hab. Básica Química	1								1	1,28
Secretariado			1				2		3	3,84
Hab. Básica em Saúde	2	14,28					2		4	5,12
Nutrição e Diética							1		1	1,28
Contabilidade			1				6		7	8,97
Laboratório de Protese Odontológica			1						1	1,28
Aux. de Patologia Clínica			1				1		2	17,94
Agropecuária	1								1	1,28
Desenhista de estrutura			1						1	1,28
Economia Doméstica	1								1	5,12
Desenhista Mecânico							1		1	1,28
Análises Químicas			2				2		4	5,12
Análise Patológica			1				1		2	17,94
Agricultura			3				1		4	5,12
Ciências Naturais e Humanas			1				1		2	17,94
Lei nº 7044/82	3	21,42					6		9	11,53
Prejudicado	3								3	3,84
	14		21				43		78	

ILUSTRAÇÃO IV

Número de alunos matriculados nos Colégios de Aplicação das IES
Brasileiras por grau de ensino e dependência administrativa, 1985

LEGENDA

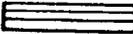
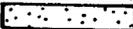
	PRÉ - ESCOLAR
	1º GRAU
	2º GRAU

ILUSTRAÇÃO V

Cursos oferecidos pelos Colégios de Aplicação das IES brasileiras, por dependência administrativa

- 1985 -

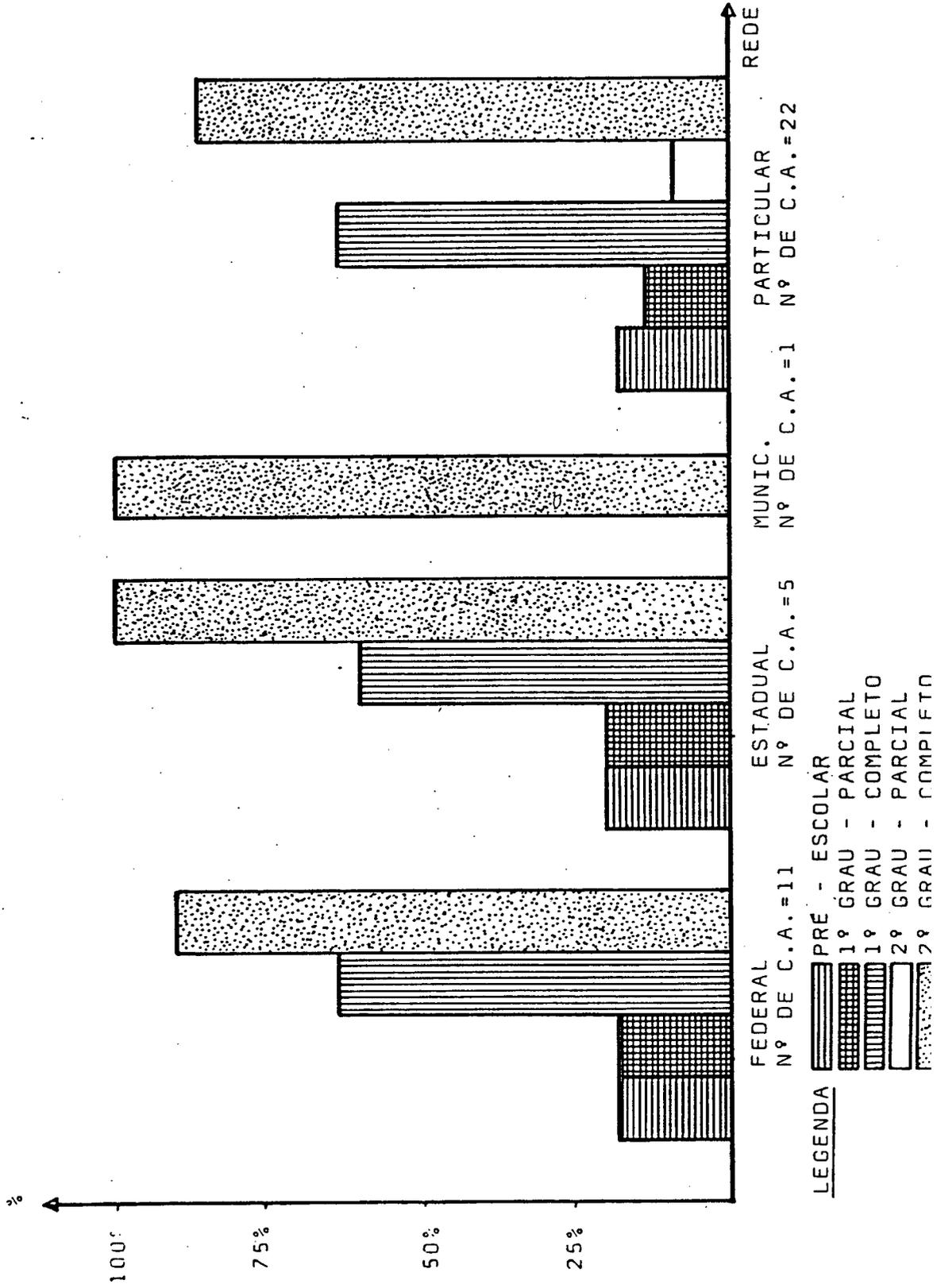


ILUSTRAÇÃO VI

Número de alunos por turma, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Média de alunos por turma	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%		
10 ——— 20	-	-	-	-	-	-	1	4,54	1	2,56
20 ——— 30	4	36,3	-	-	-	-	6	27,27	10	25,64
30 ——— 40	7	63,6	4	80	1	100	14	63,63	26	66,66
40 ——— 50	-	-	-	-	-	-	4	18,18	4	10,25
50 ——— 60	-	-	1	20	-	-	3	13,63	4	10,25
Em Branco	-	-	-	-	-	-	1	4,54	1	2,56

ILUSTRAÇÃO VII

Número de alunos por turma e grau de ensino, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Média de alunos por turma	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau	1º grau	2º grau
10 ———— 20	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-
20 ———— 30	4	-	-	-	-	-	2	4	6	4
30 ———— 40	7	5	4	4	-	1	13	9	24	19
40 ———— 50	-	-	-	1	-	-	-	4	-	5
50 ———— 60	-	-	-	-	-	-	1	2	1	2

ILUSTRAÇÃO VIII

Implantação das séries do ensino de 1º Grau, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Forma de Implantação	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Progressivamente	9	81,8	4	80	-	-	9	40,9	22	56,4
Integralmente	2	18,1	1	20	-	-	11	50,0	14	35,89
Em Brancos	-	-	-	-	1	100	2	9,0	3	7,69
Total	11	100	5	100	1	100	22	100	39	100

ILUSTRAÇÃO IX

Recrutamento e Seleção dos Professores dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Formas de recrutamento	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular		N	%
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Concurso Público	11	100	2	40	1	100	1	4,54	15	38,46
Indicação do Depto de Educação da FE	-	-	1	20	-	-	-	-	1	2,56
Prova de Título e experiência	-	-	-	-	-	-	7	31,81	7	17,94
Indicação do melhor aluno	-	-	-	-	-	-	7	31,81	7	17,94
Seleção Pedagógica	-	-	-	-	-	-	7	31,81	7	17,94
Entrevista com o coordenador OE e Diretor de Pessoal	-	-	-	-	-	-	3	13,63	3	7,69
Apresentação do curriculum vitae	-	-	-	-	-	-	3	13,63	3	7,69
Experiências em outras escolas	-	-	-	-	-	-	2	9,09	2	5,12
Cons. Deptal da FE, ouvido a entidade mantenedora.	-	-	-	-	-	-	1	4,54	1	2,56
Em Branco	-	-	-	-	-	-	2	9,09	2	5,12

ILUSTRAÇÃO X

Número de Professores, Regime de Trabalho e Dependência Administrativa, dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, 1985.

Regime de Trabalho	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Estatutário	128	17,7	28	10,0	-	-	14	1,6	170	9,1
C.L.T.	553	76,8	190	68,1	11	100	798	94,6	1.552	83,7
Temporário	25	3,4	-	-	-	-	17	2,0	42	2,2
Cedidos pelo Estado	4	0,5	-	-	-	-	6	0,7	10	0,5
Prof. da Faculdade	-	-	-	-	-	-	8	0,9	8	0,4
Profs. nomeados pelo Estado	-	-	53	18,9	-	-	-	-	53	2,8
Prof. comissionado	-	-	8	2,8	-	-	-	-	8	0,4
Prof. Assistente	10	1,3	-	-	-	-	-	-	10	0,5
Outros										
Total	720	100	279	100	11	100	843	100	1.853	100

ILUSTRAÇÃO XI

Objetivos do ensino nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras por dependência administrativa, 1985.

Objetivos	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Preparação do aluno p/ o vestibular	2	18,18	-	-	1	100	7	31,81	10	25,64
Profissionalização	1	9,09	-	-	-	-	1	4,54	2	5,12
Experimentação e inovação pedagógica	10	90,9	4	80	-	-	13	59,09	27	69,23
Prática de ensino e estágio supervisionado	11	100	4	80	-	-	13	59,09	28	71,79
Formação geral do adolescente	-	-	-	-	-	-	5	22,72	5	12,82
Educação dos filhos de professores e funcionários da IES	3	27,27	-	-	-	-	1	4,54	4	10,25
Em Branco	-	-	1	20	-	-	2	9,09	3	7,69

ILUSTRAÇÃO XII

Sistema de avaliação adotado nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa, 1985.

Grau de ensino	Sistema de Avaliação	Dependência Administrativa								Total	
		Federal		Estadual		Municipal		Particular			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1º grau	Aprovação-Reprovação	10	90,9	4	80	-	-	17	77,2	31	79,4
	Avanço progressivo	-	-	-	-	-	-	1	4,5	1	2,5
	Promoção automática	1	9,0	1	20	-	-	4	18,1	6	15,3
	Em Branco	-	-	-	-	1	100	-	-	1	2,5
2º grau	Aprovação-Reprovação	8	72,7	5	45,4	1	100	19	86,3	33	84,6
		-	-	-	-	-	-	1	4,5	1	2,5
	Em Branco	-	-	-	-	-	-	2	9,09	2	5,1

ILUSTRAÇÃO XIII

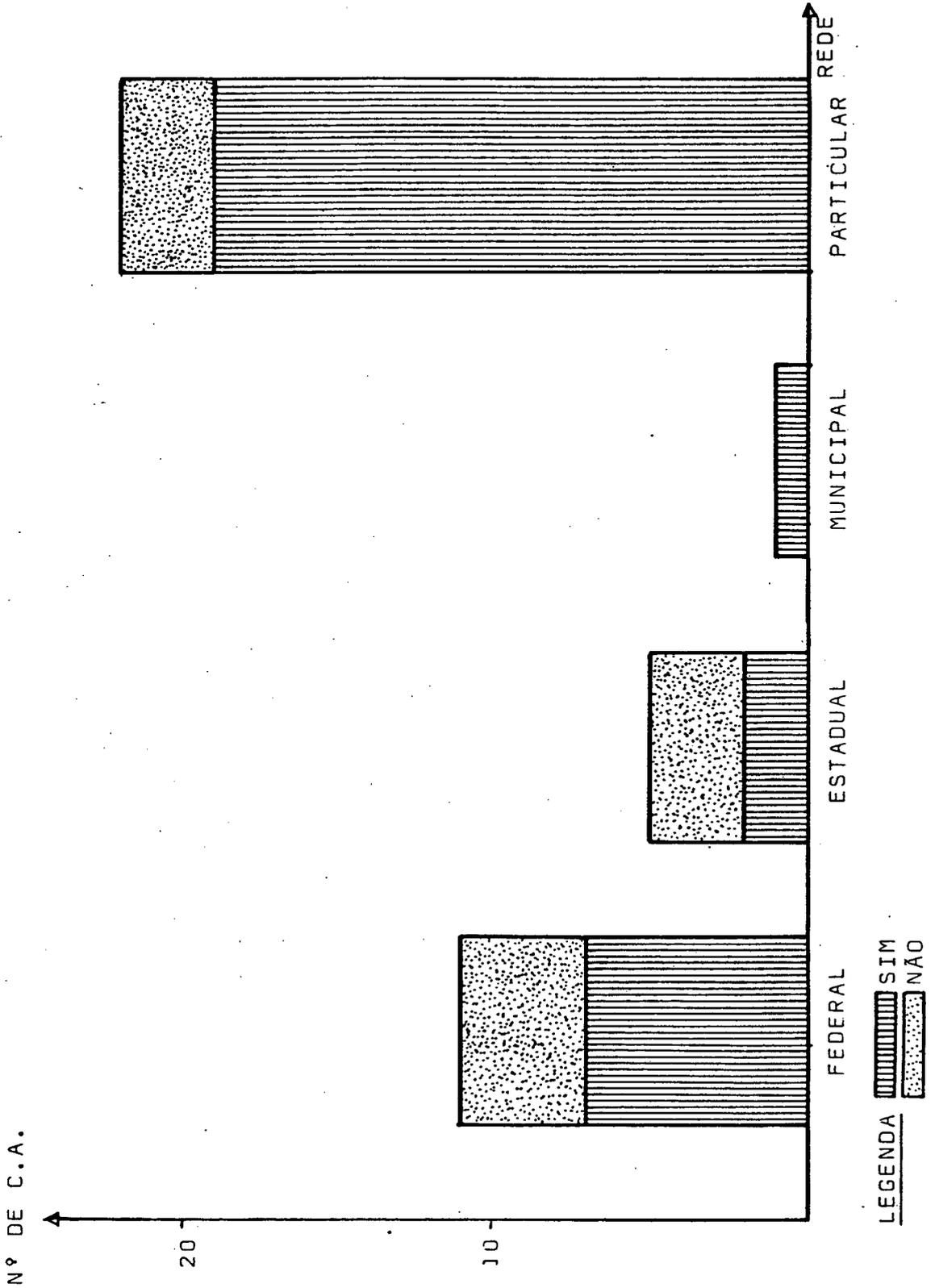
O processo de recuperação de estudos nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativas, 1985

Processo de Recuperação de estudos	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Paralelo ao processo ensino-aprendizagem	9	81,8	2	40	-	-	12	54,5	23	59,0
Paralelo ao processo e fim do bimestre	3	27,2	1	20	-	-	3	13,6	7	17,9
Ao final do bimestre	-	-	1	20	-	-	5	22,7	6	15,3
Ao final do ano letivo	10	9,0	2	40	-	-	15	68,1	27	69,2
Estudo dirigido em diversos turnos	-	-	-	-	-	-	1	4,5	1	2,5
Ao final do semestre	-	-	2	40	1	100	1	4,5	4	10,2

ILUSTRAÇÃO XIV

Vinculação dos professores dos Colégios de Aplicação com os professores de prática de ensino das IES brasileiras, por dependência administrativa e rede de ensino.

- 1985 -



LEGENDA
 SIM (horizontal lines)
 NÃO (stippled)

ILUSTRAÇÃO XV

Subordinação dos Colégios de Aplicação das IES brasileiras, por dependência administrativa

-- 1985 --

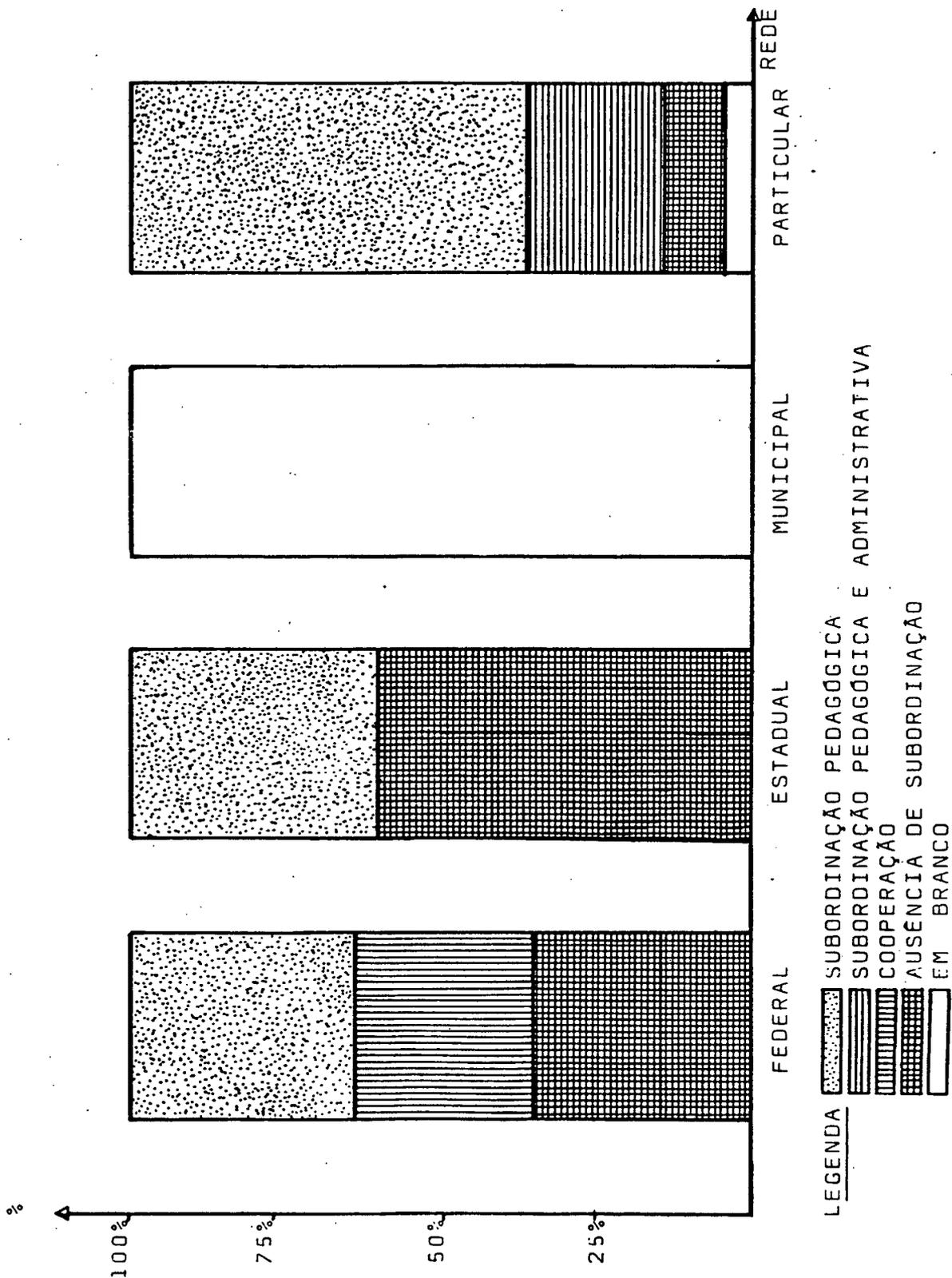


ILUSTRAÇÃO XVI

Estágios supervisionados em funcionamento nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por dependência administrativa, 1985.

Estágios Supervisionados	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Administração Escolar	8	72,7	5	100			14	63,6	27	69,2
Supervisão Escolar	6	54,5	5	100			10	45,4	21	54,0
Magistério	11	100	5	100			20	90,9	36	92,3
Orientação Educacional	8	72,7	4	80			13	59	25	64,1
Técnico em Contabilidade	-	-	-	-			1	4,5	1	2,5
Educação Especial			1	20					1	2,5
Psicologia Educacional			1	20					1	2,5
Inspeção Escolar			1	20					1	2,5
Tecnologia Educacional							1	4,5	1	2,5
Serviço Social	1	9,1					1	4,5	2	5,1
Medicina	1	9,1							1	2,5
Disciplinas do currículo 2º grau					1	100			1	2,5
Processamento de dados							1	4,5	1	2,5
Em Branco							1	4,5	1	2,5

ILUSTRAÇÃO XVII

Critério para a escolha do Diretor dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Critérios	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Indicação do Reitor	6	54,5	1	20	1	100	1	4,5	9	23,0
Eleição direta-lista tríplice	5	45,4	-	-	-	-	-	-	5	12,8
Indicação do Diretor do CED	-	-	2	40	-	-	7	31,8	9	23,0
Escolha do Presidente da Entidade	-	-	1	20	-	-	11	50,0	12	30,7
Conselho de curadores	-	-	-	-	-	-	2	9,09	2	5,1
Eleição direta para Profs. e funcionários	-	-	1	20	-	-	-	-	1	2,5
Em Branco	-	-	-	-	-	-	3	13,6	3	7,6

Y

ILUSTRAÇÃO XVIII

Constituição da Direção dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Constituição da Direção	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Diretor	10	90,9	5	100	1	50	20	90,9	36	92,3
Vice-Diretor	6	54,5	3	60	1	50	12	54,5	22	56,4
Assistente de Direção	-	-	1	20	-	-	9	40,9	10	25,6
Conselho Pedagógico	-	-	-	-	-	-	1	4,5	1	2,5
Auxiliar de Direção	-	-	1	20	-	-	-	-	1	2,5
Conselho Diretor	1	9,09	-	-	-	-	-	-	1	2,5
Coordenador	3	27,2	-	-	-	-	-	-	3	7,6
Direção Colegiada	2	18,1	-	-	-	-	3	13,6	5	12,8
Em Branco	-	-	-	-	-	-	1	4,5	1	2,5

ILUSTRAÇÃO XIX

Motivos do assessoramento à Direção pelos Serviços de Supervisão Escolar e Orientação Educacional, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Motivos	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Elaboração do planejamento curricular visando alternativas para melhores soluções pedagógicas	10	90,9	5	100	-	-	14	63,6	29	74,3
Desenvolvimento de pesquisas e estudos para melhor avaliar o aluno	7	63,6	4	80	-	-	11	50,0	22	56,4
Planejamento e operacionalização da recuperação de estudos	7		5	100	-	-	12	54,5	24	61,5
Adequação do currículo às exigências sócio-econômicas	4	63,6	5	100	-	-	13	59,0	22	56,4
Seleção de prof. e monitor	1	9,0	1	20	-	-	-	-	2	9,09

ILUSTRAÇÃO XX

Outros serviços que além da Supervisão Escolar e Orientação Educacional, assessoram à Direção dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Coordenadorias	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Conselho Tec. de Ensino	1	9,09	-	-	-	-	1	4,5	2	5,1
Avaliação de Supervisão por professor da FE	1	9,09	-	-	-	-	-	-	1	2,5
Aval. e Conselho de classe	7	63,6	2	40	-	-	16	72,7	25	64,1
Recuperação	1	9,09	-	-	-	-	8	36,3	9	23,0
Integração e cont. de Prog. e Projetos	1	9,09	1	20	-	-	6	27,2	8	20,5
Atividade Extra-Classe e Ed. Física	5	45,4	2	40	-	-	8	36,3	15	38,46
Coord. de curso e colegiado	-	-	-	-	-	-	1	4,5	1	2,5
Coord. Geral de Estágio Superv.	1	9,09	1	20	-	-	-	-	2	5,1
Coord. Geral de turma	3	27,2	1	20	-	-	-	-	4	10,2
Serviço de Estatística Escolar	-	-	1	20	-	-	-	-	1	2,5
Conselho de Prof. (Chefes de Depto)	1	9,09	-	-	-	-	1	4,5	2	5,1
Coord. de 1º e 2º graus	5	45,4	-	-	-	-	1	4,5	6	15,3
Atividades Culturais	-	-	1	-	-	-	1	4,5	2	5,1
Conselho da Escola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria	1	9,09	2	-	-	-	-	-	3	7,6

ILUSTRAÇÃO XXI

Aprovação do Regimento dos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Regimento Aprovado	Dependência Administrativa				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
MEC	5	-	-	-	5
SEE	-	1	-	14	15
Conselho Univ.	1	-	-	-	1
CEE	-	2	1	6	9
Reitor	1	-	-	-	1
CEPE	2	-	-	-	2
Congregação da FEUSP	-	1	-	-	1
Em Branco	-	-	-	1	1
Total	9	4	1	21	35
	23%	10%	2,5%	53,8%	

ILUSTRAÇÃO XXII

Assessoramento à Direção pelo Serviço de Supervisão Escolar e ou Orientação Educacional nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras por Dependência Administrativa, 1985.

Assessoramento	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
SIM	11	81,8	5	100	-	-	18	81,8	32	82,2
NÃO	1	9,0	-	-	1	100	4	18,1	6	15,3
Em Branco	1	9,0	-	-	-	-	-	-	1	2,5
Total	11	100	5	100	1	100	22	100	39	100

ILUSTRAÇÃO XXIII

Documentos legais utilizados, quando da ausência do regimento aprovado, nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Documentos Legais	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Parecer nº 4.856/75	1	12,5							1	10
Lei nº 5.692/71	1	12,5							1	10
Lei nº 7.044/82	1	12,5							1	10
Art. 25 - Est. da UFRJ	1	12,5							1	10
Pareceres do Ensino de 2º grau	1	12,5							1	10
Estat. das IES, Resol. e Pareceres do Ensino de 2º grau	1	12,5							1	10
Em Branco	1	12,5	1	100			1	100	3	30
Total	8	100	1	100			1	100	10	100

ILUSTRAÇÃO XXIV

Realização de experiências pedagógicas nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras no período 1980-1984, por Dependência Administrativa, 1985.

Experiência pedagógica	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
SIM	10	90,9	5	100	-	-	16	72,7	31	79,4
NÃO	1	9,0	-	-	1	100	6	27,2	8	20,5
Total	11	100	5	100	1	100	22	100	39	100

ILUSTRAÇÃO XXV

Razões da não realização de experiências pedagógicas nos Colégios de Aplicação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Razões da não realização	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Excessiva carga de hora aula							1	4,5	1	2,5
Nº elevado de prof. com tempo parcial							2	9,0	2	5,1
Falta de recursos material e financeiro					1	100	1	4,5	2	5,1
Dificuldade de orientação durante a pesquisa							1	4,5	1	2,5
Pouco contato entre 2º e 3º graus							1	4,5	1	2,5
Em Branco							3	13,6	3	7,6

ILUSTRAÇÃO XXVI

Experiências pedagógicas planejadas como pesquisa aplicada nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Frequência	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Exclusivamente	2	18,1	1	20	-	-	-	-	3	17,6
Muitas vezes	6	54,5	1	20	-	-	13	59,0	20	51,2
Poucas vezes	2	18,1	1	20	-	-	4	18,1	7	17,9
Nunca	1	9,0	-	-	-	-	1	4,5	2	5,1
Em Branco	-	-	2	40	1	100	4	18,1	7	17,9
Total	11	100	5	100	1	100	22	100	39	100

ILUSTRAÇÃO XXVII

Experiências pedagógicas realizadas nos Colégios de Aplicação das IES Brasileiras, por Dependência Administrativa, 1985.

Tipo de Experiências	Dependência Administrativa								Total	
	Federal		Estadual		Municipal		Particular			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Método de Alfabetização	6	54,5	2	40			9	40,9	17	43,5
Técnica de avaliação	6	54,5	2	40			12	54,5	20	51,2
Prática de monitoria	7	63,6	2	40			10	45,4	19	48,7
Atividades de enriquecimento curricular	10	90,9	2	40			12	54,5	24	61,5
Projeto Novas Met. nas áreas de E. S. e Ciências	2	18,18	-	-			-	-	2	5,12
Perfil do Profissional do Magistério	1	9,09	-	-			-	-	1	2,56
Produção e Avaliação de Materiais	2	18,18	-	-			-	-	2	5,12
Oficina Literária	1	9,09	-	-			1	4,5	2	5,12
Nova proposta p/ o ensino do português	-	-	-	-			1	4,5	1	2,56
Reforço p/ crianças c/ dif. de aprendizagem	1	9,09	-	-			1	4,5	2	5,12
Clubes de Inglês e Francês	1	9,09	1	20			-	-	2	5,12
Reformulação curricular do 2º grau	2	18,18	2	40			-	-	4	10,2
Ervas medicinais	1	9,09	-	-			-	-	1	2,56
Prontidão p/ alfabetização	-	-	1	20			-	-	1	2,56